



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE DIREITO

**NATASHA MACEDO DALCOMUNI**

**O CONCEITO DE REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA DE *AMICUS  
CURIAE* NA PRÁTICA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE  
ABSTRATO BRASILEIRO**

Brasília  
2019

NATASHA MACEDO DALCOMUNI

**O CONCEITO DE REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA DE *AMICUS CURIAE* NA PRÁTICA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ABSTRATO BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de Curso de Graduação  
apresentado como requisito parcial à obtenção  
do título de bacharel em Direito pela  
Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Araújo Costa

Brasília  
2019

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

NATASHA MACEDO DALCOMUNI

### **O CONCEITO DE REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA DE *AMICUS CURIAE* NA PRÁTICA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ABSTRATO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, sob orientação do Professor Doutor Henrique Araújo Costa, como condição parcial para a obtenção do título de bacharel em Direito.

**Brasília, 25 de novembro de 2019.**

---

Prof. Dr. Henrique Araújo Costa  
**Professor Orientador**

---

Prof. Dr. Bruno Corrêa Burini  
**Membro da Banca Examinadora**

---

Prof. Marcus Flávio Horta Caldeira  
**Membro da Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto  
**Membro da Banca Examinadora**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por ter me oferecido a proteção dos meus anjos da guarda na Terra: meus amados pais.

À minha família, pelos votos de confiança dados a mim desde pequena e, com especial carinho, aos meus avós e tios Jim e Wanda.

Ao meu orientador, pela paciência e compreensão ao longo deste trabalho.

Aos amigos que fizeram parte desses anos tão felizes, Lucas, Gui, Sophia, Vívian, Luhh e Cris.

Ao meu querido Luís, por estar comigo do primeiro ao último dia desse capítulo da minha vida.

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho consiste em analisar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal quanto ao requisito de admissão de *amicus curiae* de representatividade adequada, consolidado no artigo 138, do Novo Código de Processo Civil, em sede das ações de controle de constitucionalidade abstrato nele impetradas. O objeto da pesquisa, portanto, corresponde às decisões de admissibilidade e de inadmissibilidade de *amici curiae* efetuadas desde a entrada em vigor do atual Código de Processo Civil. Almeja-se, por meio do estudo dessas decisões e da fundamentação jurídica nelas desenvolvida, observar o conceito de representatividade adequada em sua aplicabilidade prática no processo decisório de admissão de *amicus curiae*. Nesse sentido, busca-se observar a atual compreensão do Supremo Tribunal do critério de representatividade adequada dentro do especial contexto de um de seus principais papéis institucionais, isto é, enquanto Tribunal Constitucional. Tal compreensão será examinada considerando o presente paradigma processual civil, porém tendo em vista a evolução conceitual e doutrinária da figura do *amicus curiae* sob a égide do Código de Processo Civil de 1973.

**Palavras-chave:** *Amicus curiae*. Representatividade adequada. Supremo Tribunal Federal. Controle abstrato de constitucionalidade.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the jurisprudence of the Supreme Court regarding the *amicus curiae*'s admission requirement of adequate representation, consolidated in article 138, of the New Code of Civil Procedure, in the context of the judicial actions of abstract concentrated control of constitutionality within it. The object of the research therefore corresponds to *Amici Curiae*'s admissibility and inadmissibility decisions made since the entry into force of the current Code of Civil Procedure. It is intended, through the study of these decisions and the legal reasoning developed in them, to observe the concept of adequate representativeness in its practical applicability in the decision making process of admission of *amicus curiae*. In this sense, this study seeks to observe the current understanding of the Supreme Court in regards to the standard of adequate representativeness within the special context of one of the Supreme Court's main institutional roles, that is, as a Constitutional Court. Such an understanding will be examined considering the present civil procedural paradigm, but taking into consideration the conceptual and doctrinal evolution of the figure of *amicus curiae* under the aegis of the Civil Procedure Code of 1973.

**Keywords:** *Amicus curiae*. Adequate representation. Brazilian Supreme Court. Abstract concentrated control of constitutionality.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACO	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
ADC	Ação Declaratória de Constitucionalidade
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
CF/88	Constituição Federal de 1988
CPC	Código de Processo Civil
CPC/1973	Código de Processo Civil de 1973
NCPC	Novo Código de Processo Civil
STF	Supremo Tribunal Federal

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	BREVE PANORAMA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO.....	13
2.1	Antecedentes do modelo em vigor.....	13
2.2	O sistema de controle de constitucionalidade na Constituição de 1988.....	16
3	A FIGURA “ENIGMÁTICA” DO <i>AMICUS CURIAE</i> NO PARADIGMA DO CPC/1973.....	19
3.1	Explicação sobre intervenção de terceiros no paradigma do CPC/1973.....	20
3.2	A figura do <i>amicus curie</i> no contexto do CPC/1973.....	23
3.3	O <i>amicus curiae</i> no controle de constitucionalidade anterior ao NCPC.....	27
3.4	Um critério implícito de representatividade adequada?.....	28
4	A FIGURA DO <i>AMICUS CURIAE</i> NO NCPC.....	31
4.1	Explicação sobre intervenção de terceiros no paradigma do NCPC.....	32
4.2	As pretensões do Código de 2015 quanto ao <i>amicus curiae</i> .....	37
4.3	A presente codificação da figura do <i>amicus curiae</i> .....	39
4.4	O <i>amicus curiae</i> no controle de constitucionalidade abstrato atual.....	40
4.5	A doutrina atual sobre o conceito de representatividade adequada.....	42
5	ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	44
5.1	O posicionamento do Plenário.....	44
5.2	As decisões monocráticas.....	47
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51

REFERÊNCIAS

ANEXO A



# 1 INTRODUÇÃO

A compreensão atual do processo interpretativo da Constituição – e da própria norma jurídica – envolve irremediavelmente um labor criativo, e não meramente reprodutivo<sup>1</sup>, por parte do juiz. Nesse sentido, o próprio entendimento do texto constitucional vem há muito sendo ressignificado, expandindo sua caracterização por meio da interação e da crítica de outras áreas do conhecimento, como a Filosofia, a Sociologia e as Ciências Políticas.

Mesmo concepções juspositivistas<sup>2</sup> tiveram de enfrentar, com menor ou maior sucesso, as consequências do paradigma jurídico do pós Segunda Guerra Mundial<sup>3</sup>, com uma quase intrínseca abertura a princípios de ordem humanística e democrática. A magnitude dos danos humanos desencadeou uma série de incertezas quanto à validade de uma perspectiva inteiramente formal e fechada do Direito.

Ausente qualquer intenção de esgotar o tema, o Direito Constitucional, enquanto teoria e enquanto prática, responde positiva ou negativamente a esse não tão novo paradigma: o sentido da Constituição deve ser elaborado, em vez de meramente achado em seu texto (SUNSTEIN, 2014). Tal entendimento fornece à atividade decisória desafios outros, não ignorados pela doutrina: questões de legitimidade e de democratização permeiam um número considerável de análises da atividade judicial.

Outrossim, esse cenário permitiu um florescimento de teorias do Direito Constitucional pluralistas, que contemplam a Constituição e a sua interpretação sob uma ótica não limitada ao Estado e à estatalidade. “As constituições dos Estados democráticos, pela via da abertura constitucional, se abrem a outros conteúdos, tanto normativos (direito comunitário), como

---

<sup>1</sup> “[...] a dissensão entre o juspositivismo e os seus adversários começa propriamente quando se trata de precisar a natureza cognoscitiva da jurisprudência. Para o primeiro, esta consiste numa atividade puramente *declarativa* ou *reprodutiva* de um direito preexistente, isto é, no conhecimento puramente *passivo* e *contemplativo* de um objeto já dado; para os segundos, a natureza cognoscitiva consiste numa atividade que é também *criativa* ou *produtiva* de um novo direito, ou seja, no conhecimento ativo de um objeto que o próprio sujeito cognoscente contribui para produzir” (BOBBIO, 1999, p. 211, grifo do autor).

<sup>2</sup> “[...] a doutrina positivista se apresenta em oposição às correntes idealistas, especialmente as que sustentam a existência do Direito Natural. Enquanto estas se ocupam do fundamento e legitimação do Direito Positivo, apoiando a sua validade na harmonia com princípios e valores absolutos, o positivismo procede a averiguação dos pressupostos lógico-formais da vigência. De um lado os adeptos da filosofia positiva se limitam a ordem do ser, do ordenamento jurídico, e emitem juízos de realidade; de outro, os idealistas que, sem desprezar o sistema de legalidade, refletem na instância ética sobre a ordem suprapositiva e elaboram juízos de valor” (NADER, 2019).

<sup>3</sup> “The collapse of democratic governance in Germany endangered all nations and all people. An unimaginable toxic brew of totalitarianism, Nazism, racism, genocide and imperialism inflicted incalculable human suffering [...]. Consensus developed that an integrated set of international and domestic safeguards could militate against such crisis in the future. This thinking ultimately produced a particular conception of constitutional ordering, to stabilize democracy and safeguard equal citizenship and respect for inherent human dignity as supreme or higher law. This conception now stands as the foundation of the postwar constitutional state” (WEINRIB, 2007, p. 86).

extranormativos (usos e costumes) e metanormativos (valores e postulados morais)”. Esse constitucionalismo de orientação comunitária encontra na dignidade da pessoa humana seu alicerce. Ultrapassa-se o entendimento de cidadão enquanto aquele dotado de direitos meramente subjetivos, “para dar lugar às liberdades positivas” e à limitação da autonomia individual pelo bem coletivo, assim compreendido como bem de estatura constitucional (CITTADINO, 2000, p. 17).

Tal contexto abre espaço não apenas para concepções alternativas de interpretação do Direito Constitucional<sup>4</sup>, como para reflexões acerca dos próprios intérpretes. A restrição da hermenêutica constitucional a atores estritamente formais e de lógica corporativista igualmente enfrenta críticas acadêmicas e da sociedade como um todo. A encontro desse posicionamento, Häberle (2014) atribui o processo de interpretação da Carta Maior não a uma sociedade fechada de intérpretes togados, mas sim a e por uma sociedade aberta. Dentro desse viés, o autor propõe que

[...] no processo de interpretação constitucional estão potencialmente vinculadas todos os órgãos estatais, todas as potências públicas, todos os cidadãos e grupos, não sendo possível estabelecer-se um elenco cerrado ou fixado com *numerus clausus* de intérpretes da Constituição (HÄBERLE, 2014, p. 27, grifo nosso).

Todos esses grupos, ao viverem a norma constitucional, inserem-se na sua cointerpretação *lato sensu* – ou seja, enquanto forças produtivas de interpretação que atuam, quando menos, como pré-intérpretes. Esse processo aberto seria elemento essencial à democratização do Direito Constitucional na sua realização no meio social (HÄBERLE, 2014).

As reações a tal juízo também se expressaram na forma de certas mudanças institucionais no Poder Judiciário<sup>5</sup>, com um viés ao menos declarado de diálogo mais amplo com a sociedade civil:

No âmbito legislativo, a Lei nº 9.868/99, ao institucionalizar a figura do *amicus curiae* na jurisdição constitucional brasileira, representa um eloquente exemplo da forte influência da doutrina de Häberle que propugna por uma interpretação aberta e pluralista da Constituição. Na jurisprudência, decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em tempos recentes demonstram a inestimável contribuição de Peter Häberle ao desenvolvimento do direito constitucional no Brasil (MENDES; VALE, 2009, p. 2, grifo nosso).

---

<sup>4</sup> Um exemplo que se alinha às análises pluralistas do processo de interpretação da Constituição é encabeçado pelo concretista Konrad Hesse: “A norma constitucional não tem existência autônoma em face da realidade. A sua essência reside na sua vigência, ou seja, a situação por ela regulada pretende ser concretizada na realidade. Essa pretensão de eficácia (*Geltungsanspruch*) não pode ser separada das condições históricas de sua realização, que estão, de diferentes formas, numa relação de interdependência, criando regras próprias que não podem ser desconsideradas. Devem ser contempladas aqui as condições naturais, técnicas, econômicas e sociais. A pretensão de eficácia da norma jurídica somente será realizada se levar em conta essas condições” (HESSE, 1991, p. 14).

<sup>5</sup> “Em linhas gerais, nossa hipótese é que as instituições judiciais brasileiras — especialmente o Judiciário — têm contribuído para o processo recente de liberalização do Estado, entendendo-se liberalização no sentido clássico da redução das oportunidades de exercício despótico do poder político” (ARANTES; KERCHÉ, 1999, p. 31).

Assim sendo, as previsões legais do *amicus curiae*<sup>6</sup> e das audiências públicas<sup>7</sup> no controle de constitucionalidade abstrato, que completam duas décadas no ordenamento jurídico brasileiro, são típicos exemplos de tentativas de maior acessibilidade da sociedade civil ao processo de interpretação da Constituição, cuja real efetividade não escapa ao debate da doutrina<sup>8</sup>.

Dentro desse contexto, é igualmente possível questionar a quem tem sido permitido o acesso a esse processo de interpretação da Constituição. O presente trabalho propõe-se, desse modo, a observar na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal um dos critérios exigidos pelo ordenamento jurídico – a representatividade adequada –, contrastando tal análise frente às pretensões democratizantes e de maior abertura processual<sup>9</sup> do Novo Código de Processo Civil.

Tal objetivo fornece justificativa ao recorte de pesquisa adotado: serão apreciados os acórdãos e as decisões monocráticas proferidas pelo Supremo Tribunal quanto à admissibilidade de pedidos de ingresso como *amicus curiae* em sede dos processos de controle de constitucionalidade abstrato julgados da entrada em vigor do NCPC – 18 de março de 2016 – a outubro de 2019. Almeja-se, por conseguinte, analisar o conceito de representante adequado em sua prática, qual seja, na efetiva seleção de *amici curiae* que atendem ou não a tal exigência legal.

---

<sup>6</sup> Art. 7º, § 2º da Lei nº 9.868/1999: “Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade. [...] § 2º O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades.”

<sup>7</sup> Art. 9º, § 1º da Lei nº 9.868/1999 e art. 6º, § 1º da Lei nº 9.882/1999.

<sup>8</sup> Ver, *e.g.*, **As audiências públicas no STF**: a adoção de um modelo cooperativo de controle de constitucionalidade das normas, que conclui: “O que se conseguiu extrair das decisões proferidas nas audiências públicas realizadas é que os Ministros efetivamente se manifestaram sobre os argumentos veiculados no diálogo social, o que leva a crer que, de alguma maneira, tais informações foram efetivamente analisadas, para serem consideradas ou descartadas no momento da construção da decisão” (OLIVEIRA et al., 2018, p. 194) ou **De quem a corte quer ser amiga? Análise estratégica da funcionalidade do *amicus curiae***, cuja conclusão é de que “a teoria se divorcia da prática, na medida em que, não havendo clara escolha institucional acerca da função que o *amicus curiae* deve cumprir e das respectivas balizas processuais para sua conformação, a Suprema Corte faz o uso estratégico da figura do *amicus curiae* [...]. No presente caso, há evidências empíricas de que isso repercute em padrão em que o STF cita mais daqueles tipos que trazam maior apoio difuso para a corte perante a opinião pública (*amicus curiae* representantes da sociedade civil) e se deixa influenciar mais por participantes com maior poder de barganha institucional e credibilidade argumentativa e informacional (*amicus curiae* governamentais) [...]” (FERREIRA, 2017, p. 110).

<sup>9</sup> Conforme Exposição de Motivos do Código de Processo Civil: “[...] os trabalhos da Comissão se orientaram precipuamente por cinco objetivos: 1) estabelecer expressa e implicitamente verdadeira sintonia fina com a Constituição Federal; 2) criar condições para que o juiz possa proferir decisão de forma mais rente à realidade fática subjacente à causa; [...]”.

A opção pelo controle abstrato se deu justamente pelo maior grau de objetivação e de concentração das ações nele inseridas – em tese, haveria uma maior necessidade de abertura à sociedade civil para garantir um processo hermenêutico aberto e democrático.

Ficam excluídos do presente objeto de estudo os julgados que não adentraram o mérito do pedido de admissão, seja por prejudicialidade com relação ao pedido principal, ou por extemporaneidade do requerimento<sup>10</sup>. O arcabouço jurisprudencial analisado restringiu-se, portanto, a seis acórdãos e 56 decisões monocráticas<sup>11</sup>, julgados entre 18 de abril de 2016 e 15 de outubro de 2019, cujo acesso se deu pelo domínio *online* do referido Tribunal<sup>12</sup>. A investigação do referido pressuposto dar-se-á por meio do seu uso enquanto fundamento jurídico para a admissão de *amici curiae*, observando a argumentação utilizada pelo Tribunal.

Busca-se, conseqüentemente, analisar a jurisprudência em torno do conceito de representatividade adequada na sua concreta aplicação pela Corte Constitucional, inserida no panorama de uma nova codificação processual civil, que explicita tal requisito em sua redação<sup>13</sup> e, por fim, avaliá-la diante desse atual paradigma jurídico e dos objetivos por ele reclamados.

---

<sup>10</sup> A jurisprudência da Corte orienta-se no sentido de que pedidos de ingresso de *amicus curiae* devem ser formulados antes da inclusão do processo em pauta (ADI n. 4.071 AgR e ADI n. 2.435 AgR).

<sup>11</sup> Vide Anexo A.

<sup>12</sup> <http://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/>.

<sup>13</sup> Vide art. 138 do NCPC: “Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.”

## 2 BREVE PANORAMA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO

Um sistema de controle de constitucionalidade – enquanto “conjunto de normas voltadas a viabilizar a verificação da conformidade ou adequação de um ato jurídico com a Constituição”<sup>14</sup> – é antes de tudo dependente de certos pressupostos. De modo sucinto, não é possível perceber tal sistema ausentes um Estado de Direito, fundado por e subordinado às normas jurídicas reguladoras de sua ação, ou seja, a uma Constituição<sup>15</sup>; um sistema de separação dos Poderes sob um regime democrático, que vincule e fiscalize as autoridades distintas desse Estado; a supremacia da própria Constituição, enquanto fundadora do ordenamento jurídico; e um arcabouço mínimo de direitos fundamentais que permita o exercício desse controle. Por outro lado, a presença de um controle de constitucionalidade é também um pressuposto do conceito de Estado de Direito Democrático moderno.

Tradicionalmente, esse controle é compreendido dentro de modelos teóricos: quanto ao momento, preventivo ou repressivo (usualmente judicial); quanto aos legitimados, difuso ou concentrado; quanto à prejudicialidade da alegada violação, por via incidental<sup>16</sup> ou principal (abstrata). Dito isso, a prática constitucional apresenta tanto sistemas quanto institutos híbridos.

### 2.1 Antecedentes do modelo em vigor

A Constituição imperial de 1824 não previa qualquer sistema de controle de constitucionalidade que, de todo modo, restaria incompatível com o modelo ali previsto de divisão dos Poderes. O estabelecimento de um Poder Moderador, concentrado na figura do imperador, dava primazia ao Executivo e não se coadunava com um sistema de *checks and balances* democrático. De fato, com a existência do Poder Moderador, que “desfrutava de uma posição, na verdade, de superpoder, de um poder acima dos poderes”, as decisões do Poder Legislativo poderiam “ser alteradas por critérios outros que o da legalidade ou da

---

<sup>14</sup> SIMÃO, Calil. **Elementos do sistema de controle de constitucionalidade**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 93.

<sup>15</sup> SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos de direito público**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 37-38.

<sup>16</sup> “[...] a inconstitucionalidade alegada é aferida *incidenter tantum*, ou seja, como causa de pedir ou fundamento do pedido” (SIMÃO, 2015, p. 125).

constitucionalidade”<sup>17</sup> e, portanto, esse controle restava à mercê da discricionariedade da figura do imperador.

Aliás, a ausência desse controle é atribuída a uma proposital negação à influência exercida pela França e Inglaterra no Estado brasileiro, países esses nos quais imperava a supremacia parlamentar – tornava-se absurdo fundar um sistema de controle de constitucionalidade dos atos legislativos partidos do Império pela Colônia (CLÈVE, 2000).

O controle de constitucionalidade foi introduzido no Brasil com o nascimento da República, havendo previsão expressa na Constituição de 1891 (arts. 59 e 60). Optou-se pelo modelo americano, de fiscalização incidental e difusa – “fórmula [que] permaneceu substancialmente a mesma ao longo de toda a República, chegando à Constituição de 1988” (BARROSO, 2016, p. 85). Às justiças da União e dos Estados foram dadas a competência para se pronunciarem acerca da invalidade das leis em face da Constituição. O art. 60 da Constituição de 1891 previu a competência do Supremo Tribunal Federal para, em sede recursal, dar a palavra final sobre a constitucionalidade de lei federal ou dos atos dos Estados, quando declarados inconstitucionais ou constitucionais pela justiça estadual.

Com a Constituição de 1934, foram introduzidas algumas novidades ao campo do controle de constitucionalidade. Trouxe ao ordenamento brasileiro, sobretudo, um caso específico de controle por via principal e concentrado, de competência do Supremo: a representação interventiva<sup>18</sup>. Estabeleceu a observância obrigatória dos denominados princípios constitucionais sensíveis pelos estados, a depender da provocação do Procurador-Geral da República<sup>19</sup>.

Além disso, e dentro do viés de influência estadunidense, condicionou a eficácia jurídica da declaração de inconstitucionalidade pelos tribunais ao voto da maioria absoluta de seus membros (BITTENCOURT, 1997, p. 46). De outro lado, objetivou-se dar às decisões do STF eficácia *erga omnes*, estabelecendo como competência do Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de qualquer lei ou ato, deliberação ou regulamento declarados inconstitucionais pelo Poder Judiciário” (CLÈVE, 2000, p. 85), medida que, inspirando-se no

---

<sup>17</sup> BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 22. ed., rev. atual. por Samantha Meyer Pflug. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 557.

<sup>18</sup> BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 85.

<sup>19</sup> Constituição Federal de 1934: “Art. 12. A União não intervirá em negócios peculiares aos Estados, salvo: V - Para assegurar a observância dos princípios constitucionais especificados nas letras *a* a *h* do art. 7º, *n*. I, e a execução das leis federais. § 2º Ocorrendo o primeiro caso do n. V, a intervenção só se efetuará depois que a Corte Suprema, mediante provocação do Procurador-Geral da República, tomar conhecimento da lei que a tenha decretado e lhe declarar a inconstitucionalidade”.

sistema de *civil law* romano-germânico, procurou dar resposta – mesmo que insuficiente – à ausência do *stare decisis* no sistema brasileiro.

A Constituição de 1937, filha do Estado Novo, “caracterizou-se pelo acentuado retrocesso em vários campos, inclusive em matéria de controle de constitucionalidade” (MARQUES, 2006, p. 20). Removeu de seu texto a possibilidade de suspensão pelo Senado da execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo por decisão definitiva, impedindo o alcance de efeitos *erga omnes* e permitiu ao Presidente da República submeter novamente ao Poder Legislativo lei declarada inconstitucional (MARQUES, 2006, p. 20-21).

Restabelecendo algumas das prévias conquistas, a Carta Maior de 1946 trouxe de volta à égide constitucional o referido mecanismo de suspensão pelo Senado, agora restrito às decisões do STF, e a figura da representação interventiva (MARQUES, 2006, p. 21). Durante sua vigência, inovação radical foi provocada, à época do regime militar, pela Emenda Constitucional nº 16, de 1965: instituiu-se a ação genérica de inconstitucionalidade, em seu art. 101, I, alínea *k*. O Supremo Tribunal assumiu a competência de declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato federal, por representação encaminhada pelo Procurador-Geral da República. Desse modo, introduziu-se um mecanismo análogo àquele encontrado nas cortes constitucionais europeias: um controle por via principal, mediante ação direta, abstrata e concentrada. Permaneceu, por outro lado, controle incidental e difuso que não foi afetado pela inovação, convivendo ambas as formas no ordenamento jurídico brasileiro (BARROSO, 2016, p. 86).

Outorgada durante o regime militar, a Constituição de 1967 não trouxe significativas modificações ao modelo até então adotado, tendo deixado, todavia, de prever a ação genérica estadual contida na EC nº 16/1965<sup>20</sup>.

Por sua vez, a Constituição de 1969, igualmente outorgada dentro do regime militar, trouxe pontuais mudanças ao sistema e, por meio da Emenda Constitucional nº 7/1977, permitiu a concessão de liminar cautelar nas representações promovidas pelo Procurador-Geral da República<sup>21</sup>, conforme seu art. 119, I, alínea *p*.

---

<sup>20</sup> BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 85.

<sup>21</sup> MARQUES, Andreo. **Evolução do instituto do controle de constitucionalidade no Brasil**. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 17-23, 2006, p. 21.

## 2.2 O sistema de controle de constitucionalidade na Constituição de 1988

A Constituição Federal de 1988, conhecida doutrinariamente como a “constituição cidadã”, adquiriu o título em virtude da inclusão, explícita e implícita, de uma série de direitos individuais e sociais enquanto direitos fundamentais, que a colocaram em contemporaneidade com os anseios da sociedade brasileira, 42 anos após a vigência da Constituição Federal de 1946, a última promulgada sob regime democrático (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011).

Operou-se uma série de mudanças institucionais no Poder Judiciário e na maneira com a qual esse poder interage com o texto constitucional. A Constituição de 1988 redefiniu consideravelmente o papel e a posição do Judiciário na organização tripartite dos poderes, com uma margem de atuação amplamente alargada, além de trazer em seu arcabouço um novo cenário de “extensa constitucionalização de direitos, garantias e liberdades individuais, sociais e coletivos” (TOFFOLI, 2018, p. 239).

Prerrogativas relevantes foram asseguradas ao juiz enquanto agente público<sup>22</sup> e enquanto Poder da República, com autonomia administrativa e financeira<sup>23</sup>, antes desconhecida na história constitucional brasileira<sup>24</sup>, além de elaboração própria de orçamento, obedecidos os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias<sup>25</sup> e de seu próprio Estatuto da Magistratura, pelo Supremo Tribunal<sup>26</sup>. O modelo constitucional vigente privilegiou o livre acesso ao Judiciário (art. 5º, inc. XXXV) e, nesse viés, houve uma ampliação dos mecanismos de proteção de direitos por meio da intervenção judiciária<sup>27</sup>.

Assim sendo, a Constituição de 1988 manteve a opção por um sistema misto de controle de constitucionalidade, “combinando o controle por via incidental e difuso (sistema americano), que vinha desde o início da República, com o controle por via principal e concentrado, implantado com a EC nº 16/1965 (sistema continental europeu)” (BARROSO, 2016, p. 87).

---

<sup>22</sup> Referindo-se às garantias funcionais de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio asseguradas pelo art. 95, da CF/88.

<sup>23</sup> Art. 99, *caput*, da CF/88.

<sup>24</sup> MENDES, Gilmar. **Curso de direito constitucional**. Série IDP, 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 1004.

<sup>25</sup> Art. 99, § 1º, da CF/88.

<sup>26</sup> Art. 93, da CF/88.

<sup>27</sup> “A ampliação dos mecanismos de proteção tem influenciado a concepção de um modelo de organização do Judiciário. Daí exigir-se, por exemplo, que se adote, em alguns casos, o recurso ordinário para os Tribunais Superiores, como ocorre com as decisões denegatórias de *habeas corpus*, mandado de segurança ou *habeas data*. Ou, ainda, que se amplie a prestação jurisdicional tendo em vista determinados tipos de causas (juizados especiais para causas de menor complexidade e para os crimes de menor potencial ofensivo)” (MENDES, 2017, p. 1004, grifos nossos).



Preservou-se a figura da representação interventiva, destinada à aferição da compatibilidade do direito estadual com os princípios sensíveis (CF, art. 34, VII, c/c o art. 36, III) e pressuposto da intervenção federal, que, nos termos do art. 36, III, e § 1º da Constituição, é executada pelo Presidente da República<sup>28</sup>.

Restaram conservadas as previsões do *habeas corpus* e do mandado de segurança<sup>29</sup>, desde a Constituição de 1934 em nosso sistema, sendo concebido o remédio do *habeas data*, com fins de proteção do direito de acesso e de autodeterminação sobre informações pessoais.

A Carta de 1988 também caminhou no sentido de tratar das omissões constitucionais e da eficácia de suas normas programáticas. Instituiu-se em nosso ordenamento a figura do Mandado de Injunção, previsto no art. 5º, LXXI, parte do controle difuso e, por meio da Lei nº 12.063, de 27 de outubro de 2009, a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, parte de controle concentrado, cujo objeto é a omissão legislativa federal ou estadual ou a omissão administrativa estadual ou federal para a concretização de norma constitucional.

Até a entrada em vigor da Constituição de 1988, o recurso extraordinário era, qualitativa e quantitativamente, “o mais importante processo da competência do Supremo Tribunal Federal” (MENDES, 2017, p. 1191). Com a nova ordem constitucional, reduziu-se o âmbito de aplicação do recurso extraordinário, sendo cedida parte da competência sobre os casos de colisão direta entre o direito estadual e o direito federal ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.

Grandes mudanças foram operadas na esfera do controle de constitucionalidade abstrato. A Constituição de 1988 incumbiu ao Supremo Tribunal a competência originária para o julgamento do mandado de injunção; da ação direta de inconstitucionalidade; da ação direta de inconstitucionalidade por omissão; da arguição de descumprimento de preceito fundamental; e da ação direta interventiva. A Emenda Constitucional nº 03/1993 introduziu a ação declaratória de constitucionalidade. Ampliou-se consideravelmente o número de legitimados à proposição de ADI (art. 103, CF/88), pondo fim a um histórico monopólio do Procurador-Geral da República. Percebe-se, nesse sentido, “uma nítida tendência no Brasil ao alargamento da jurisdição constitucional abstrata e concentrada” (BARROSO, 2016, p. 90).

A Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, disciplina o processo e julgamento, perante o Supremo Tribunal, tanto da ação direta de inconstitucionalidade como da ação declaratória de constitucionalidade. A Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, por sua vez, regulamenta o

---

<sup>28</sup> MENDES, Gilmar. **Curso de direito constitucional**. Série IDP, 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 1191.

<sup>29</sup> Ibid., p. 1191-1192.

processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 2º do art. 102 da Constituição.

Por fim, esse cenário foi consideravelmente alterado pela Emenda Constitucional nº 45/1945 que, “dando sequência aos processos políticos formais de *empowerment* do Supremo Tribunal Federal, promoveu reforma constitucional geral no Poder Judiciário e, em particular, no controle judicial de constitucionalidade”. Além de ampliar o rol de legitimados para a propositura de ADC, estendendo-o a todos os atores previstos para a ADI, formalizou a eficácia vinculante das decisões em ADI (102, § 2º, CF/88). Acompanhando essa busca por maior estabilização da jurisprudência, foram criados os institutos da súmula vinculante (art. 103, *caput*) e da repercussão geral (art. 102, § 3º), “requisito autônomo de admissibilidade de recurso extraordinário no âmbito do controle difuso”<sup>30</sup>, que delimita a competência do Supremo a questões de relevância do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico.

---

<sup>30</sup> CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. **Dimensões do ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal**. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 238.

### 3 A FIGURA “ENIGMÁTICA” DO *AMICUS CURIAE* NO PARADIGMA DO CPC/1973

Lide, dentro do conceito clássico de Carnelutti, corresponde ao conflito de interesse qualificado pela pretensão de um dos litigantes e pela resistência do outro<sup>31</sup>. Esse interesse corresponde a uma posição favorável à satisfação de uma necessidade que, ao adentrar a esfera de incidência do Direito, deixa de constituir mero conflito social e permite a instauração de uma ação, por meio da provocação da máquina judiciária<sup>32</sup>. A partir disso, pode-se compreender as partes, de maneira sintética, enquanto um polo que pede e outro contra quem se pede o exercício da jurisdição<sup>33</sup>.

A natureza da situação jurídica por vezes impõe a presença de duas ou mais pessoas na posição de autor ou na de réu. Há também razões de conveniência ou de economia que motivam a previsão legal desse agrupamento. A essa reunião de uma pluralidade de pessoas, na posição de autor ou na de réu, dá-se a denominação de litisconsórcio<sup>34</sup>.

Regulado no Código de Processo Civil de 1973, nos arts. 46 a 49, esse litígio em conjunto era permitido, ativa ou passivamente, quando: entre essas pessoas, houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide; seus direitos ou suas obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito; entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir; e, por fim, quando ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.

A sentença usualmente atinge as partes que compuseram a relação jurídica processual, e não terceiros. Todavia, a coisa julgada pode afetar a esfera jurídica daqueles que não participaram do processo, como consequência da prestação jurisdicional. Nesses casos, “o direito criou técnicas para evitar ou minimizar as consequências dessa ultraeficácia” (DIDIER JÚNIOR, 2012, p. 358), como a restrição da eficácia subjetiva da coisa julgada; a permissão de processos incidentes, tendo como exemplo os embargos de terceiro; e, com maior destaque ao presente estudo, as modalidades de intervenção de terceiros.

---

<sup>31</sup> “Chiamo lite il conflitto di interessi qualificato dalla pretesa di uno degli interessati e dalla resistenza dell’altro” (CARNELUTTI, 1936, p. 40).

<sup>32</sup> “Designa esse direito de pedir a atuação da função jurisdicional do Estado, com vistas à prevenção de uma lide iminente ou à solução de uma lide ocorrente, o substantivo ação (do latim actio, ação, movimento; de agere, impelir, empurrar, agir) a que se junta o adjetivo judicial, para indicar que esse direito se exerce em juízo, isto é, perante um órgão do Poder Judiciário, assim se distinguindo de outras ações, que alhures se podem praticar” (BERMUDES, 2019, p. 27).

<sup>33</sup> Ibid., p. 32.

<sup>34</sup> Ibid., p. 33.

### 3.1 Explicação sobre intervenção de terceiros no paradigma do CPC/1973

Conforme elucidado por Fredie Didier Jr. (2012), o ingresso de terceiro em processo pendente justifica-se, em regra, por manter ele um vínculo com a relação jurídica discutida que ou lhe diz respeito diretamente, discutindo-se relação jurídica de que faz parte o terceiro; ou está ligada a outra relação jurídica, daquela dependente; ou que, embora não lhe diga respeito, possa ser por ele discutida, em razão de possuir legitimação extraordinária para tanto.

O fenômeno da intervenção permite, nesse sentido, a ampliação ou a alteração da relação processual a nível subjetivo, conforme o terceiro vise a prestar cooperação a uma das partes primitivas, como na assistência, ou quando busca excluir uma delas, como na oposição e na nomeação à autoria<sup>35</sup>. A nível objetivo, o objeto litigioso pode ou não ser alargado, caso haja a dedução de nova pretensão, como é possível na denunciação da lide e na oposição. Há, todavia, modalidades interventivas que não geram qualquer repercussão objetiva no processo, como no chamamento ao processo, na nomeação à autoria, na assistência, etc.

Localizados no Capítulo VI do Título II do Código de Processo Civil de 1973, os casos expressamente previstos de intervenção de terceiros são: a assistência (arts. 50 a 55); a oposição (arts. 56 a 61); a nomeação à autoria (arts. 62 a 69); a denunciação da lide (arts. 70 a 76); o chamamento ao processo (arts. 77 a 80). Outras formas de intervenção eram, assim consideradas pela doutrina, o recurso do terceiro prejudicado (art. 499)<sup>36</sup> e o *amicus curiae*, este último analisado com maior profundidade no próximo tópico.

A assistência corresponde à situação em que “pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la” (art. 50, *caput*, CPC/1973). É modalidade *ad coadjuvandum* de intervenção, por meio da qual o terceiro ingressa em processo alheio para cooperar com a pretensão jurídica de uma das partes litigantes. Conforme previsão do parágrafo único do art. 50, era permitida em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus da jurisdição, recebendo o assistido o processo no estado em que se encontrava.

A justificativa por trás dessa previsão diz respeito à possibilidade de o terceiro vir a sofrer prejuízos com a prolação de sentença contra o assistido, prejuízos esses imediatos ou reflexos. Nesse viés, “o interesse jurídico é pressuposto da intervenção” (DIDIER JÚNIOR, 2012, p. 365), não sendo autorizado ingresso por mera vantagem econômica ou afetiva.

---

<sup>35</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento, vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 544.

<sup>36</sup> Idem.

A depender da relação entre assistido e assistente, a assistência será classificada em simples, quando vinculada à relação jurídica discutida em juízo, ou litisconsorcial, se a própria relação jurídica entre assistido e assistente é aquela deduzida. Neste segundo tipo, insere-se a intervenção do co-legitimado “que, por ser também titular da relação jurídica já deduzida em juízo por outrem ou por legitimação extraordinária conferida pela lei”, teria legitimação ativa para propor a mesma demanda ou, no caso de ser co-titular dessa relação, teria legitimação passiva para ter sido demandado (DIDIER JÚNIOR, 2012, p. 370).

A oposição corresponde à demanda por meio da qual terceiro deduz em juízo pretensão incompatível com ambos autor e réu, total ou parcialmente. Assim, “quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos” (art. 56, CPC/1973). Em termos sintéticos, é uma ação voluntária de terceiro para excluir tanto o autor quanto o réu<sup>37</sup>, por pretender coisa ou direito disputada pelas partes. Desse modo, há uma ampliação objetiva da lide, devendo a sentença examinar as pretensões tanto do autor originário quanto do oponente.

Os artigos 59 e 60 do antigo Código previam duas espécies de oposição, diferenciadas pelo momento em que são exercidas: se antes da audiência de instrução e julgamento, era interventiva; se ajuizada após o início da audiência de instrução e julgamento, porém anterior à prolação da sentença, era autônoma. De todo modo, a pretensão oposta seria julgada em conjunto com a demanda originária<sup>38</sup>.

A nomeação à autoria consiste em incidente pelo qual o mero detentor, quando demandado, indica aquele que é o proprietário ou o possuidor da coisa litigiosa, visando a transferir-lhe a posição de réu (art. 62). É também cabível nas ações de indenização, quando o réu responsável pelo dano “alega que praticou o ato por ordem, ou em cumprimento de instruções de terceiro” (art. 63). Almeja-se corrigir o polo passivo da relação jurídica processual, convocando coativamente o sujeito que de fato se insere na relação de dependência e permitindo o aproveitamento do processo (DIDIER JÚNIOR, 2012, p. 376).

A primeira hipótese refere-se “tão somente [ao] mero detentor, isto é, do servidor da posse de outrem, daquele que exerce um poder de fato sobre a coisa, mas em proveito alheio” (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 553), ocorrendo nas situações de dependência hierárquica, como do empregado ou do mandatário. Nesse sentido, restava incabível a nomeação quando o detentor exorbitasse suas prerrogativas e passasse a exercer atos de posse em nome próprio; ou

---

<sup>37</sup> Ibid., p. 545.

<sup>38</sup> DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil. Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento**. Vol. I. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2012, p. 374.

quando o preposto agisse com excesso de gestão, praticando ato culposos, casos que ensejariam a responsabilidade solidária do agente (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 553-555).

Em verdade, a nomeação à autoria não se tratava de mera faculdade do réu, mas sim um dever processual do demandado que, ao deixar de o fazer ou o fizer nomeando pessoa diversa, daria resultado à responsabilidade por perdas e danos (art. 69, I e II, CPC/1973). Didier (2012) já apontava a semelhança do instituto a uma sucessão voluntária, em que o nomeado sucede o nomeante.

Por fim, a denunciação da lide corresponde à medida obrigatória (art. 70, *caput*, CPC/1973)<sup>39</sup>, sendo uma nova demanda em processo já existente que se presta à dupla função de notificar a existência do litígio a terceiro e de propor antecipadamente a ação de regresso contra quem deva reparar os prejuízos do denunciante, na eventualidade de sair vencido na ação originária<sup>40</sup>. Veicula-se, portanto, uma pretensão regressiva em face de terceiro por meio de um incidente processual, cujas hipóteses se encontravam nos incisos do art. 70<sup>41</sup>.

Há, no caso, uma ampliação objetiva ulterior do processo, que impõe uma sentença dispondo sobre a relação entre a parte e o denunciante, e entre este e o denunciado. Sendo assim, denunciado e o adversário do denunciante não adentram relação jurídica, tratando-se de uma demanda eventual entre denunciante e denunciado. Logo, a primeira demanda é preliminar à denunciação, pois, sendo bem-sucedido o denunciante na ação principal, a ação regressiva perde seu propósito e não será examinada pelo juízo. Caso contrário, permanece a pretensão de ter o denunciado condenado a indenizar o adversário de seu denunciante.

---

<sup>39</sup> Didier ressalta a impropriedade do termo obrigatoriedade, utilizado pelo antigo Código, já que, sendo essencialmente um exercício do direito de ação, a denunciação da lide não poderia se constituir em um dever processual, mas sim um ônus, mesmo que de caráter absoluto, cuja consequência será o não aproveitamento do mesmo processo para o ajuizamento da demanda regressiva. Como essa “obrigação” (DIDIER JÚNIOR, 2012, p. 382).

<sup>40</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento, vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 559.

<sup>41</sup> Art. 70. A denunciação da lide é obrigatória:

I - ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta;

II - ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada;

III - àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.

### 3.2 A figura do *amicus curiae* no contexto do CPC/1973

O termo *amicus curiae*, cuja tradução literal corresponde a “amigo do tribunal”<sup>42</sup>, foi primeiramente assim usado no ordenamento jurídico brasileiro em 2004, em uma resolução do Conselho da Justiça Federal sobre o regimento interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, que permitia a eventuais interessados, entidades de classe, associações, organizações não governamentais “na função de *amicus curiae*” apresentarem memoriais e fazerem sustentações orais perante julgamentos daquele órgão<sup>43</sup>.

Havia, até então, uma constelação espalhada de hipóteses de intervenção de terceiro que se enquadravam no conceito de *amicus curiae*<sup>44</sup>, mais notadamente no controle de constitucionalidade, sem menção expressa no Código de Processo Civil então vigente. Didier (2012) aponta que a primeira – não expressa – hipótese de *amicus curiae* se deu com a Lei nº 6.385, de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários. A referida norma também fundou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e em seu art. 31,<sup>45</sup> determinou a

---

<sup>42</sup> Paulo Ronái define a expressão como “amigo da cúria, isto é, da justiça. Diz-se de perito designado por um juiz para aconselhá-lo” (RONAI, 1980, p. 25). Por sua vez, referindo-se às origens históricas do termo, Ernesto Faria (org.) apresenta *curiae* como “divisão do povo romano, de ordem política e religiosa” e como “templo em que se reunia a cúria para celebrar o culto”; além de “sala onde se reunia o Senado, assembleia [sic] do Senado, senado” ou “sala das sessões (de qualquer assembleia [sic])” (FARIA, 1962, p. 296), conceitos esses mais próximos do Direito, apesar de Scarpinella (2006) alertar quanto a difícil atribuição do nascimento do instituto ao sistema jurídico romano, no máximo relacionado à figura do *consiliarius* romano. Esta figura consistia em um técnico ou órgão variável (o *consilium*), que prestava ao magistrado uma função consultiva genérica, sobre assuntos políticos, financeiros, religiosos ou legislativos, dentre outros. Por ser provocado pelo magistrado e seu auxílio partir de seu próprio e livre convencimento, compreende-se a proximidade dessa figura aos contornos do *amicus curiae* moderno, mesmo que haja maior certeza em suas origens no direito penal inglês medieval (SCARPINELLA, 2006, p. 87-89).

<sup>43</sup> Resolução nº 390, de 17 de setembro de 2004, em seu art. 23, § 1º.

<sup>44</sup> Afora os exemplos citados neste tópico, Scarpinella (2017) lista os seguintes: o art. 5º da Lei 9.469/1997, que disciplina a intervenção de pessoas jurídicas de direito público a nível federal “independentemente da demonstração de interesse jurídico”, para esclarecer questões de fato e de direito, juntar documentos e memoriais e, ainda, recorrer; o art. 7º, § 2º, da Lei 9.868/1999, prevendo que “[o] relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades”; o art. 14, § 7º, da Lei nº 10.259/2001, com a intervenção de “terceiros” na uniformização de jurisprudência que tem lugar em sede dos Juizados Especiais Federais; o art. 3º, § 2º, da Lei nº 1.417/2006, que admite intervenção de “terceiros” no processo que objetiva a edição, revisão e cancelamento de Súmula vinculante perante o Supremo Tribunal Federal; o § 7º do art. 543-A do CPC/73, introduzido pela Lei nº 11.418/2006, que permitia a intervenção de “terceiros” na identificação da repercussão geral dos recursos extraordinários, introduzida pela Emenda Constitucional nº 45/2004; e, por fim, o § 3º do art. 543-C do CPC de 1973, incluído pela Lei nº 11.672/2008, que admitia a intervenção de “terceiros” recursos especiais repetitivos.

<sup>45</sup> Art. 31 - Nos processos judiciais que tenham por objetivo matéria incluída na competência da Comissão de Valores Mobiliários, será esta sempre intimada para, querendo, oferecer parecer ou prestar esclarecimentos, no prazo de quinze dias a contar da intimação (Incluído pela Lei nº 6.616, de 16/12/1978).

§ 1º - A intimação far-se-á, logo após a contestação, por mandado ou por carta com aviso de recebimento, conforme a Comissão tenha, ou não, sede ou representação na comarca em que tenha sido proposta a ação (Incluído pela Lei nº 6.616, de 16/12/1978).

obrigatoriedade da intimação da CVM nos processos judiciais que tenham por objetivo matéria incluída na sua competência, permitindo à comissão o oferecimento de pareceres e de esclarecimentos nos processos relativos ao mercado de capitais. Ademais, enquanto terceiro interessado, a CVM poderia também recorrer, quando inertes as partes – sendo, desse modo, agraciada com a possibilidade de intervenção enquanto *amicus curiae*, mesmo carecendo da denominação legal específica.

Além desse primeiro exemplo, a gradual abertura legislativa que se deu à figura do terceiro interveniente distinto daqueles previstos no CPC/73 já apontava a predileção a uma qualidade específica desse sujeito processual em formação: um interesse jurídico de natureza institucional, que dialogava com o papel de representação que a pessoa jurídica exercia, e não com uma relação processual diretamente envolvida com o objeto em disputa.

Nesse sentido, Scarpinella Bueno (2017) traz a possibilidade de a OAB, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.906/1994<sup>46</sup>, intervir em processos para defender as prerrogativas de advogado e o Estatuto da Advocacia. Aqui, a autarquia não atua propriamente em prol do advogado em si, mas sim de suas prerrogativas, dentro de uma perspectiva necessariamente coletiva e, acima de tudo, institucional. O interesse que autoriza sua intervenção não corresponde àquele próprio do advogado enquanto indivíduo – inclusive permitindo, justamente em defesa daquelas prerrogativas e do papel institucional da OAB, manifestação contrária à posição jurídica do advogado.

A possibilidade de intervenção do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), nos processos em que se questione nulidade de patente, de registro de desenho industrial e de marca<sup>47</sup> e a previsão de intervenção do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em todos os processos relativos à prevenção e à repressão às infrações contra a ordem econômica<sup>48</sup> são igualmente exemplos pertinentes dessa atuação de teor institucional:

---

§ 2º - Se a Comissão oferecer parecer ou prestar esclarecimentos, será intimada de todos os atos processuais subsequentes, pelo jornal oficial que publica expedientes forense ou por carta com aviso de recebimento, nos termos do parágrafo anterior (Incluído pela Lei nº 6.616, de 16/12/1978).

§ 3º - A comissão é atribuída legitimidade para interpor recursos, quando as partes não o fizeram (Incluído pela Lei nº 6.616, de 16/12/1978).

§ 4º - O prazo para os efeitos do parágrafo anterior começará a correr, independentemente de nova intimação, no dia imediato aquele em que findar o das partes (Incluído pela Lei nº 6.616, de 16/12/1978).

<sup>46</sup> Art. 49. Os Presidentes dos Conselhos e das Subseções da OAB têm legitimidade para agir, judicial e extrajudicialmente, contra qualquer pessoa que infringir as disposições ou os fins desta lei.

Parágrafo único. As autoridades mencionadas no *caput* deste artigo têm, ainda, legitimidade para intervir, inclusive como assistentes, nos inquéritos e processos em que sejam indiciados, acusados ou ofendidos os inscritos na OAB.

<sup>47</sup> Ver arts. 57, 118 e 175, Lei nº 9.279/1996.

<sup>48</sup> Art. 118. Nos processos judiciais em que se discuta a aplicação desta Lei, o CADE deverá ser intimado para, querendo, intervir no feito na qualidade de assistente.



[...] a atuação desses terceiros [...] vincula-se exclusivamente às suas específicas funções institucionais de policiamento, quer no âmbito do mercado de capitais, quer na defesa da concorrência ou, ainda, na execução de normas atinentes à propriedade industrial (RAZABONI, 2009, p. 61).

Scarpinella Bueno (2017) leciona que a doutrina em geral discutia se determinadas situações de intervenção dispersas pela legislação processual civil extravagante poderiam ser, ou não, referenciais de *amicus curiae*, por terem um caráter diferenciado com relação às formas previstas no CPC/1973 – sendo assim intervenções “anômalas” ou *sui generis* de terceiros. Fora do alcance das figuras tradicionalmente conhecidas no direito brasileiro até então, essas hipóteses eram suficientemente dotadas de características tão próprias a justificar a alcunha de “enigmáticas”, mesmo por aqueles que de todo negavam a existência do instituto.

Para o celebrado autor, um traço inicial de distinção entre o *amicus curiae* e essas demais espécies seria “fundamentalmente, mas não exclusivamente, a ausência de um ‘interesse jurídico’, entendido como aquele que decorre de uma específica relação jurídica-base entre dois indivíduos, que tem tudo para ser afetada, direta ou indiretamente [...] pela decisão [...]” (BUENO, 2006, p. 128). Portanto, é inequivocamente sujeito processual<sup>49</sup> distinto das partes, que demandam em nome próprio a atuação de lei ou em face de quem essa atuação é demandada<sup>50</sup>.

Classificações que ultrapassem esse consenso se distinguiram na doutrina. Fredie Didier Jr. compreendia o *amicus curiae* enquanto “verdadeiro auxiliar da justiça” (DIDIER JÚNIOR, 2012, p. 418). Por ser gênero que expressamente permitia aglutinar outras espécies de sujeitos processuais<sup>51</sup>, tal enquadramento era coerente com o sistema processual do CPC/1973, porém pouco elucidativo quanto ao conceito em si – “ser ‘auxiliar do juízo’ não distingue o *amicus curiae* como tal, nem tem condições de distingui-lo dos demais auxiliares do juízo” (BUENO, 2006, p. 361).

A maior parte da doutrina, por sua vez, havia adotado como paradigma desse sujeito processual a assistência – seja para compará-lo a essa intervenção de terceiros e, em especial, ao assistente simples, ou para diferenciá-lo com relação a ele, reconhecendo o *amicus curiae* enquanto fenômeno *sui generis* da intervenção de terceiros, até mesmo para o negar

---

<sup>49</sup> “Podemos entender por ‘sujeitos do processo’ todos aqueles que, de alguma forma, atuam no processo e que, conseqüentemente [sic], têm, em alguma medida, *legitimidade* para a prática de atos processuais” (SCARPINELLA, 2006, p. 358).

<sup>50</sup> CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 1965, p. 234.

<sup>51</sup> Vide art. 139 do CPC/1973: “São auxiliares do juízo, além de outros, cujas atribuições são determinadas pelas normas de organização judiciária, o escrivão, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador e o intérprete.”

inteiramente o *status* de terceiro interventor, comparando-o a outros institutos encontrados no CPC, como o perito ou um fiscal da lei diverso do Ministério Público<sup>52</sup>.

A comparação ao assistente era relativamente natural, dado que as demais figuras de intervenção de terceiros expressas no CPC/1973 possuíam finalidades demasiadamente distintas àsquelas encontradas nas hipóteses da legislação extravagante, já que aquelas mais se aproximam de, na medida do processualmente possível, tornar o terceiro parte da demanda<sup>53</sup>.

Todavia, o objetivo do terceiro *amicus curiae* está atrelado a outras funções ao longo do processo, com maior destaque a uma superação da concepção hermenêutica legalista, cuja interpretação corresponde a uma aplicação mecânica da norma pelo juiz, e da aproximação do sistema processual brasileiro à lógica dos precedentes. Dentro dessa ótica diversa da consolidação e da modificação de jurisprudência, o *amicus curiae* ganha especial papel de contribuir para uma melhor formação, interpretação e aplicação de precedentes, dado o seu específico *input* de posicionamentos institucionais de determinados grupos coletivos ou de órgãos relevantes à adequada prestação jurisdicional *in casu*.

Scarpinella Bueno (2006), ao procurar atribuir ao *amicus curiae* regime próprio, e o distinguir de mero terceiro, encontra nesse particular interesse a justificativa para a intervenção de sujeito processual distinto das partes sob tal qualidade. É dentro da ótica de um processo civil não enraizado nas demandas estritamente individuais que floresce a especial distinção e conceituação do *amicus curiae* no paradigma pré-NCPC – enquanto “adequado portador de interesses institucionais”, meio termo entre o “interesse *jurídico*” e o “interesse *coletivo*” (BUENO, 2017, grifo do autor). Essa diferenciação assume claro teor material: o interesse institucional transcende o patrimônio jurídico subjetivo das partes, tendo espectro mais amplo de abrangência, até mesmo transindividual<sup>54</sup>.

Dentre as classificações de assistente, fiscal da lei ou auxiliar do juízo, esse “elemento essencial” trazido com maestria pelo professor Scarpinella estabelece ponte salutar entre as hipóteses previstas em leis extravagantes e o *amicus curiae* codificado no presente paradigma processual – todas, em maior ou menor grau, atreladas a uma noção de processo civil colaborativo, e não meramente contraditório, e a uma mais aberta concepção de interpretação da norma jurídica.

### 3.3 O *amicus curiae* no controle de constitucionalidade anterior ao NCPC

---

<sup>52</sup> BUENO, Cássio Scarpinella. *Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 391-394.

<sup>53</sup> Ibid., p. 391.

<sup>54</sup> Ibid., p. 505.

Com a gradual abertura legislativa à admissão de terceiros no processo, ainda que limitada a certos terceiros – como o INPI, o CADE e a OAB –, abriu-se o caminho para a participação de *amicus curiae* nos processos de controle de constitucionalidade no Supremo, mesmo ausente previsão legal do tema. A título exemplificativo, na ADI-AgR 784/RS, DJ de 18/11/1994, em que o governador do Estado do Rio Grande do Sul interpôs agravo regimental requerendo o desapensamento de documentos juntados pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, dada a vedação de intervenção de terceiros no controle abstrato de constitucionalidade, consoante jurisprudência do Supremo à época.

O relator do agravo, ministro Celso de Mello, autorizou a manutenção da manifestação, por se tratar de intervenção realizada por *amicus curiae*:

Não se pode desconhecer, neste ponto – e nem há possibilidade de confusão conceitual com esse instituto –, que o órgão da Assembleia gaúcha claramente atuou, na espécie, como verdadeiro *amicus curiae*, vale dizer, produziu formalmente, sem ingresso regular na relação processual instaurada, e sem assumir a condição jurídica de sujeito do processo de controle normativo abstrato, peças documentais que, desvestidas de qualquer conteúdo jurídico, veiculam simples informações ou meros subsídios destinados a esclarecer as repercussões que, no plano social, no domínio pedagógico e na esfera do convívio familiar, tem representado, no Estado do Rio Grande do Sul, a experiência de implantação do Calendário Rotativo Escolar. Sendo assim, com essas considerações, e tendo presente a preliminar suscitada, não conheço do agravo interposto pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Com a edição de leis que regulamentaram os processos de controle concentrado de constitucionalidade<sup>55</sup>, a intervenção do *amicus curiae* foi aprimorada. Não mais se identificava a previamente quem ele deveria ser, abrindo espaço para qualquer pessoa física ou jurídica “que tenha representatividade e possa contribuir para a solução da causa”<sup>56</sup>. A Lei nº 9.868/1999 manteve a orientação proibitiva de intervenção de terceiros, vide *caput* dos seus art. 7º e 18<sup>57</sup>, mas excepcionou a manifestação de outros órgãos ou entidades, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes. A Lei nº 9.882/99, em seu art. 6º, também abriu

---

<sup>55</sup> Lei nº 9.868/1999, com os procedimentos aplicáveis à ADI, à ADC e à ADO, e a Lei nº 9.882/1999, regulamento a ADPF.

<sup>56</sup> DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. Vol. I. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2012, p. 418.

<sup>57</sup> Art. 7º Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.

§ 1º (VETADO)

§ 2º O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades. Art. 18. Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação declaratória de constitucionalidade.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

espaço – mesmo não nominalmente expresso – ao *amicus curiae*, apontando como critérios a autoridade e a experiência do terceiro a participar do processo<sup>58</sup>.

Nesse sentido, a Lei nº 9.868/1999 trouxe inovação de considerável destaque ao cenário processual do controle de constitucionalidade abstrato, rompendo com o referido paradigma da legitimidade exclusiva de instituições reguladoras e atribuindo ao instituto do *amicus curiae* uma relevância ímpar, que até então não possuía no ordenamento jurídico brasileiro. Na lição de Dirley da Cunha Jr. (2004, p. 165), essa intervenção no processo objetivo de constitucionalidade pluraliza o debate do Direito Constitucional e propicia ao seu procedimento maior abertura, refletindo na própria interpretação da Carta Maior, “nos moldes sugeridos por Peter Häberle em sua sociedade aberta dos intérpretes da constituição”.

Ademais, admitiu-se sua intervenção no incidente de decretação de inconstitucionalidade em tribunal (art. 482, §§ 1º, 2º e 3º do CPC/1973, incluídos pela Lei nº 9.868/1999); no incidente de análise de recurso extraordinário por amostragem da repercussão geral (art. 543-A, § 6º, do CPC/1973, incluído pela Lei nº 11.418/2006); no procedimento de edição, revisão ou cancelamento de súmula vinculante em matéria constitucional (art. 3º, § 2º, da Lei nº 11.417/2006); e, por fim, no incidente de julgamento por amostragem dos recursos especiais repetitivos (art. 543-C, §§ 3º e 4º, CPC/1973)<sup>59</sup>. Nota-se, nessas hipóteses, a clara predileção pela participação do *amicus curiae* em processos com o condão de formar, modificar ou aplicar precedentes de tribunais.

### 3.4 Um critério implícito de representatividade adequada?

Se a participação dos *amici curiae* objetiva enriquecer o debate jurídico-constitucional, por meio de novos argumentos, perspectivas, possibilidades interpretativas e apresentação de dados fáticos e técnico-científicos, acentuando o respaldo democrático da jurisdição constitucional exercida pelo STF, a representatividade dos terceiros convidados a esse papel não poderia, do ponto de vista lógico, depender exclusivamente do livre-arbítrio do tribunal.

O próprio arcabouço legislativo vigente sugeria algum critério de interpretação do conceito aberto da representatividade a justificar tornar terceiro *amicus curiae* em um processo

---

<sup>58</sup> Art. 6º

§ 1º Se entender necessário, poderá o relator ouvir as partes nos processos que ensejaram a arguição, requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou ainda, fixar data para declarações, em audiência pública, de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

§ 2º Poderão ser autorizadas, a critério do relator, sustentação oral e juntada de memoriais, por requerimento dos interessados no processo.

<sup>59</sup> DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. Vol. I. 14 ed. Salvador: JusPodivm, 2012, p. 418.

de controle abstrato de constitucionalidade. A Lei nº 9.882/1999 já optava por indicar as características de autoridade e de experiência a autorizar. A “adequada” representatividade dos que peticionam por esse papel também não era de toda estranha à doutrina<sup>60</sup>. Scarpinella Bueno (2006, p. 145) busca na própria adequação dos postulantes de ADI um comparativo apto a sedimentar o interesse institucional do *amicus curiae*, indicando que a intervenção de entidades, para os fins do art. 7º, § 2º, da Lei nº 9.868/1999, pressupõe que se demonstrem devidamente preenchidos os mesmos referenciais que o Supremo entende cabíveis para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade.

Mesmo aqueles que atribuíam ao relator arbítrio pleno na admissão de *amici curiae* pelo STF, reconheciam a demonstração de interesse objetivo quanto à demanda como ponto de partida da fundamentação dessa decisão:

Essa admissão de objetivamente interessados está condicionada pela Lei à relevância da matéria e à representatividade dos postulantes, tendo por árbitro o relator. Pelas condições já se vê a necessidade de demonstrar um interesse objetivo. Postulantes representativos são, dentre outros, os demais legitimados à propositura da ação direta, tanto é que havia dispositivo que lhes autorizava a faculdade indiscriminada de manifestação (artigo 7º, §1º); esse dispositivo foi vetado, sob a alegação de que poderia ‘importar em prejuízo à celeridade processual’, mas se manteve a possibilidade a juízo do relator: ‘afigura-se prudente que o relator estabeleça o grau de abertura, conforme a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes’(ROTHENBURG, 2001, p. 277).

De todo modo, a jurisprudência tímida do próprio Supremo já pontuava a ligação entre os propósitos de democratização e de pluralização da interpretação das normas constitucionais ao nível de representatividade daqueles escolhidos a prover a Corte de melhor bagagem quanto ao posicionamento de determinados grupos sociais acerca da apropriada leitura e aplicação das previsões constitucionais. Nesse sentido, a ADI 2.321-MC, de relatoria do ministro Celso de Mello, resume o direcionamento a ser seguido pelo Tribunal quanto ao tema:

EMENTA: [...] PROCESSO OBJETIVO DE CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO - POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO DO *AMICUS CURIAE*: UM FATOR DE PLURALIZAÇÃO E DE LEGITIMAÇÃO DO DEBATE CONSTITUCIONAL. - O ordenamento positivo brasileiro processualizou, na regra inscrita no art. 7º, § 2º, da Lei nº 9.868/99, a figura do *amicus curiae*, permitindo, em consequência, que terceiros, desde que investidos de representatividade adequada, sejam admitidos na relação processual, para efeito de manifestação sobre a questão de direito subjacente à própria controvérsia constitucional. A intervenção do *amicus curiae*, para legitimar-se, deve apoiar-se em razões que tornem desejável e útil a sua atuação processual na causa, em ordem a proporcionar meios que viabilizem uma adequada resolução do litígio constitucional. - A ideia nuclear que anima os propósitos teleológicos que motivaram a formulação da norma legal em causa, viabilizadora

---

<sup>60</sup> BUENO, Cássio Scarpinella. *Amicus Curiae no processo civil brasileiro*: um terceiro enigmático. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 647.

da intervenção do *amicus curiae* no processo de fiscalização normativa abstrata, tem por objetivo essencial pluralizar o debate constitucional, permitindo, desse modo, que o Supremo Tribunal Federal venha a dispor de todos os elementos informativos possíveis e necessários à resolução da controvérsia, visando-se, ainda, com tal abertura procedimental, superar a grave questão pertinente à legitimidade democrática das decisões emanadas desta Suprema Corte, quando no desempenho de seu extraordinário poder de efetuar, em abstrato, o controle concentrado de constitucionalidade. [...]” (ADI 2.321-MC, rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ 10.6.2005.)

Desse modo, percebe-se no paradigma do anterior Código de Processo Civil uma tendência, gradual e embrionária, a compreender a representatividade dos *amici curiae* dentro de uma ótica atrelada aos seus interesses na demanda – objetivos ou, como proposto por Scarpinella (2006), institucionais – e à função de abertura processual e interpretativa atribuída ao instituto do *amicus curiae*. Há, logo, um progressivo e não de todo implícito caminhar ao conceito, expresso e consolidado no Código de Processo Civil, de representatividade adequada enquanto critério de admissão.

#### 4 A FIGURA DO *AMICUS CURIAE* NO NCPC

Consideráveis mudanças foram efetuadas pelo Novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, pautando-se por uma maior organicidade do sistema processual civil. A série de reformas e de transformações as quais o Código de Processo Civil de 1973 passou por implicaram em um mosaico de previsões crescentemente assistemático, a culminar em uma consequente perda de coerência<sup>61</sup>, propulsora da elaboração de outro código<sup>62</sup>.

A nova codificação trouxe consigo modificações em sua estrutura, optando-se pela adoção de uma Parte Geral; escolheu-se extinguir certos procedimentos especiais<sup>63</sup> e o agravo retido; houve ainda uma alteração substancial no tratamento dado aos precedentes<sup>64</sup>, acompanhando os anseios de maior estabilização e previsibilidade da jurisprudência dos Tribunais.

De forma geral, o NCPC buscou se orientar em direção à simplificação do sistema processual, tendo como clássico exemplo a padronização dos prazos recursais<sup>65</sup>; a uma maior efetividade na prestação jurisdicional, afirmando verdadeiro direito das partes em obter solução integral do mérito em prazo razoável<sup>66</sup>, e a um autodeclarado alinhamento com o texto constitucional, declarando logo em seu primeiro artigo a reverência do processo civil aos “valores e normas fundamentais estabelecidos na Constituição”.

O fenômeno da intervenção de terceiros passou por alterações tanto topográficas, quanto substanciais, com modalidades em parte distintas das até então existentes. A primeira, topográfica, relaciona-se com a já mencionada opção legislativa por uma parte geral –

---

<sup>61</sup> Scarpinella Bueno (2012, p. 110) esclarece que o antigo CPC “não era – nem pode[ria] mais pretender ser – ‘código’, no mesmo sentido ideológico ou político daquele que era em 1973. O nome ‘código’ ainda utilizado largamente justifica-se muito mais pela tradição, quiçá pelo costume, do que por uma opção ideológica coerente ou, quando menos, que repouse nas mesmas escolhas feitas pelo legislador anterior, de 1973, e na tradição do pensamento jurídico então predominante”.

<sup>62</sup> A própria Exposição de Motivos do CPC de 2015 indica que “[o] enfraquecimento da coesão entre as normas processuais foi uma consequência [sic] natural do método consistente em se incluírem, aos poucos, alterações no CPC [de 1973], comprometendo a sua forma sistemática. Nessa dimensão, a preocupação em se preservar a forma sistemática das normas processuais, longe de ser meramente acadêmica, atende, sobretudo, a uma necessidade de caráter pragmático: obter-se um grau mais intenso de funcionalidade”.

<sup>63</sup> E.g., o rito sumário do CPC/1973 (arts. 275 a 281) foi extinto pelo Código de 2015, optando-se por um único procedimento comum.

<sup>64</sup> O NCPC criou, por exemplo, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), constante nos artigos 976 e seguintes, que, de modo sintético, possibilita aos tribunais de segunda a seleção um único recurso representativo de determinada tese para consolidação de seu entendimento sobre o tema. Os demais casos ficam suspensos até o julgamento do paradigma elegido que, uma vez julgado, tem sua *ratio decidendi* aplicada aos demais.

<sup>65</sup> O § 5º do artigo 1.003 estipulou serem de 15 dias os prazos para interposição e para resposta dos recursos, excepcionados os embargos de declaração, com prazo de 5 (cinco) dias para oposição, vide art. 1.023, *caput*.

<sup>66</sup> Vide art. 4º, NCPC.

“atendendo às críticas de parte ponderável da doutrina brasileira”<sup>67</sup>. Temas como partes e terceiros passaram a ser tratados dentro dela (Livro III, Títulos I a III), e não no segmento referente ao Processo de Conhecimento (Livro I, Título II, CPC/1973).

Esse novo posicionamento, para além de melhor organização da estrutura do Código, não implicou por si só grandes efeitos práticos, uma vez que é a doutrina à época se consolidou no sentido de que as disposições do Livro I do CPC/1973 se aplicavam aos demais capítulos do referido código. Assim sendo, convém sublinhar algumas das principais alterações trazidas pela atual codificação em face daquelas anteriormente previstas.

#### **4.1 Explicação sobre intervenção de terceiros no paradigma do NCPC**

As seguintes modalidades de intervenção de terceiros estão previstas no Livro III, Título III, da Parte Geral do Código de 2015: a assistência simples e litisconsorcial (arts. 119 a 124); a denunciação da lide (arts. 125 a 129); o chamamento ao processo (arts. 130 a 132); o incidente de desconsideração da personalidade jurídica (arts. 133 a 137) e o *amicus curiae* (art. 138).

Além dessas, encontram-se esparsas no NCPC a oposição (arts. 682 a 686), que previamente estava situada no título próprio às formas de intervenção de terceiro<sup>68</sup>; o recurso de terceiro prejudicado (art. 996) e os embargos de terceiros (arts. 674 a 681).

Essas hipóteses de intervenção podem ser divididas de acordo com a respectiva faculdade de iniciativa: voluntária ou provocada. A intervenção voluntária corresponde aos seguintes institutos: assistência, oposição, recurso de terceiro prejudicado, *amicus curiae* e embargos de terceiro. As demais são tradicionalmente reconhecidas como o chamamento ao processo, a denunciação da lide e o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

Desse modo, nota-se que foram incluídas como modalidades de intervenção de terceiros o incidente de desconsideração da personalidade jurídica e o *amicus curiae*, dando a este último expressa classificação, não enfrentada pelo arcabouço legislativo anterior e objeto de relevante discussão doutrinária, abordada no item 3.3 deste estudo.

Optou-se igualmente pelo abandono do instituto da nomeação à autoria, cujo fim residia na correção do polo passivo, sendo adotada a sistemática prevista no art. 338 do novo CPC<sup>69</sup>. A alegação de ilegitimidade passiva resta agora a cargo do réu e, percebido pelo juízo o erro,

---

<sup>67</sup> Constante da Exposição de Motivos do NCPC.

<sup>68</sup> O instituto está atualmente localizado no Título III do Livro I da Parte Especial do NCPC.

<sup>69</sup> Art. 338. Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.



dá-se à parte autora um prazo de 15 dias para adequar o polo passivo da demanda e propor o devido substituto do réu. Esse controle oficioso da legitimidade da postulação eliminou “um procedimento anacrônico, que dependia da dupla aceitação, o que o tornava inexecutável sob o ponto de vista prático” (ARAÚJO, 2016, p. 19).

Intervenção de terceiro voluntária por excelência, a figura da assistência não sofreu grandes modificações conceituais na adoção do novo Código, tendo as redações do antigo art. 50 do CPC/1973 e do atual art. 119 do CPC/2015 redações praticamente idênticas. Permanece a definição da assistência como o fenômeno processual no qual pendente causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas tem a faculdade de intervir no processo para assisti-la. As duas normativas a admitem em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.

Aumentou-se, todavia, o prazo de julgamento da impugnação do ingresso do assistente, ressalvada a possibilidade de rejeição liminar pelo juízo (art. 120) e retirada a previsão de suspensão do processo para julgamento do incidente, seguindo a orientação de celeridade da prestação jurisdicional.

Permanecem as duas típicas modalidades de assistência, simples ou litisconsorcial, a depender do interesse jurídico demonstrado pelo terceiro. Quando a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido, está caracterizado o interesse justificador da qualificação de litisconsorcial.

Manteve-se também a previsão de que o assistente é dotado dos mesmos poderes e se sujeita aos mesmos ônus processuais que o assistido, entretanto, o NCPC não se restringe apenas à eventual revelia e estabelece que, em qualquer omissão do assistido, o assistente tem o condão de atuar enquanto seu substituto processual, abandonando-se a terminologia do parágrafo único do art. 52 do CPC/1973 de “gestor de negócios”. Na prática, a revelia do assistido permanece não produzindo efeitos frente a atuação do assistido<sup>70</sup>, porém relegou-se o referido termo, consistente em um “substituto processual *sui generis*, que se afasta do processo com a retomada da marcha processual pelo assistido” (DIDIER JÚNIOR, 2012, p. 367). Por fim, permanece o assistente sujeito, nos mesmos moldes, à justiça da decisão, com as mesmas exceções previstas nos incisos do antigo art. 55 do CPC/1973.

---

<sup>70</sup> Permanecem naturalmente as limitações diante da parte principal, a quem unicamente se permite o reconhecimento da procedência do pedido, a desistência da ação, a renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação – acrescentada pela redação do NCPC, mas de modo algum inexistente enquanto faculdade da parte principal no CPC/1973 – e a transigência sobre direitos controvertidos.

A denunciação da lide, modalidade de intervenção provocada por quaisquer das partes e atrelada essencialmente ao direito de regresso, teve suas hipóteses alteradas pelo art. 125 do NCPC: seu inciso primeiro restringe a apenas alienante imediato o potencial de terceiro a ingressar em processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante; seu inciso II traz a mesma redação do inciso III do art. 70 do CPC/1973, relacionado ao exercício de direito de regresso legal ou contratual<sup>71</sup>; e foi removida a hipótese do inc. II do referido art. 70, que previa a possibilidade de denunciação do “proprietário ou [do] possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada”. Nesse caso, há de ser adotada ação de regresso autônoma.

Assim sendo, permanece atual o entendimento de que a denunciação da lide é em verdade uma demanda, exercício do direito de ação, agregando-se pedido novo à ação originária e ampliando o objeto litigioso disputado. Há, portanto, duas demandas num mesmo processo: a principal e a incidental<sup>72</sup>.

Ademais, o NCPC acatou crítica da doutrina, anteriormente mencionada, quanto à obrigatoriedade da denunciação. A letra de lei não mais traz o termo<sup>73</sup>, acolhendo-se o entendimento do instituto enquanto faculdade da parte autora ou ré, que assume o ônus de, não a realizando no momento processual devido<sup>74</sup>, ter de futuramente ingressar com ação de regresso autônoma.

Feita a denunciação da lide, o denunciado poderá promover uma denunciação sucessiva, contra quem o anteceda na cadeia dominial (art. 125, NCPC) ou quem seja responsável por indenizá-lo (art. 125, II, NCPC). Somente uma denunciação sucessiva é admissível, e o denunciado sucessivo não poderá promover outra nova denunciação, exercendo eventual direito de regresso perante outrem por meio de demanda própria, em processo autônomo (art. 125, § 2º, NCPC).

De resto, algumas mudanças procedimentais foram empregadas com vistas à economia processual, como a desnecessidade de suspensão do processo<sup>75</sup> após a citação do denunciante

---

<sup>71</sup> “[...] àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo”.

<sup>72</sup> DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. Vol. I. 14. ed. JusPodivm, Salvador: 2012, p. 418.

<sup>73</sup> Como o fazia o CPC/1973, no *caput* do art. 70.

<sup>74</sup> Caso seja promovida pelo autor, deverá ser requerida desde logo na petição inicial; caso seja promovida pelo réu, deverá ser formulada na contestação – orientação mantida com relação ao CPC/73.

<sup>75</sup> Adota-se o procedimento do art. 131, que prevê que “[a] citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de ficar

e a possibilidade de o réu pedir tão somente a procedência da ação de regresso, caso o denunciado confesse os fatos alegados pelo autor na ação principal (art. 128, inciso III, NCPC).

O chamamento ao processo, intervenção forçada de terceiro que, provocada pelo réu, acarreta a formação de litisconsórcio passivo superveniente entre o demandado original e aquele que é convocado a participar do processo<sup>76</sup>, sofreu algumas modificações em suas hipóteses, listadas pelos incisos do art. 130 do NCPC, sendo admissível frente ao afiançado, na ação em que o fiador for réu; aos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles; aos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum. Outrossim, o procedimento de citação não envolve mais a suspensão do processo, sendo requerida pelo réu na contestação e promovida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento (art. 131, *caput*, NCPC).

Manteve-se, por fim, a lógica do art. 80 do CPC/1973, sendo a sentença de procedência título executivo em favor do réu que satisfizer a dívida, a fim de que possa exigi-la, por inteiro, do devedor principal, ou, de cada um dos codevedores, a sua quota, na proporção que lhes tocar (art. 132, NCPC).

O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, figura não inclusa como intervenção de terceiros no CPC/1973, é, de maneira sintética, uma modalidade de convocação do sócio ou da pessoa jurídica contra a qual é instaurado<sup>77</sup>. O Código Civil de 2002, em seu art. 50<sup>78</sup>, normatizou conduta que já vinha sendo adotada pela jurisprudência, de desconsiderar a personalidade jurídica, a fim de imputar aos sócios ou administradores a responsabilidade pelo ato ilícito praticado pela empresa. Trata-se de instituto inspirado na estadunidense *disregard doctrine*, que autoriza o Poder Judiciário a ignorar a autonomia patrimonial entre a empresa e seus sócios ou administradores, se manipulada para prejudicar os credores<sup>79</sup>.

Possibilita-se, desse modo, que os bens particulares dos sócios que se beneficiaram direta ou indiretamente do ilícito respondam pela reparação dos danos provocados pela pessoa

---

sem efeito o chamamento” e, em seu parágrafo único, traz que “[s]e o chamado residir em outra comarca, seção ou subseção judiciárias, ou em lugar incerto, o prazo será de 2 (dois) meses”.

<sup>76</sup> CÂMARA, Alexandre. **O novo processo civil brasileiro**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018, p. 90.

<sup>77</sup> MONTENEGRO FILHO, Misael. **Direito processual civil**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2018, p. 181.

<sup>78</sup> Conforme redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019, estabelece o art. 50 que “[e]m caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconSIDERÁ-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso”. A “Declaração de Direitos de Liberdade Econômica”, recentemente promulgada, buscou restringir a aplicação do instituto.

<sup>79</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum - vol I. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 415.

jurídica, quando houver desvio de finalidade ou confusão patrimonial, para os quais os gestores tenham concorrido.

A despeito da previsão na lei material, o instituto permanecia ausente de regulação processual no paradigma do Código de 1973. A jurisprudência assumiu tal papel e buscou dar forma ao instituto. O fenômeno poderia ocorrer incidentalmente durante o processo de execução, sem necessidade de ajuizamento de ação própria e, demonstrado pelo credor os requisitos legais, poder-se-ia então ter a expropriação dos bens particulares dos sócios, impedindo assim a concretização de fraude à lei ou contra terceiros.

Somente após a desconsideração, seriam os sócios chamados a integrar a lide e eventualmente interpor os recursos cabíveis. Havia, portanto, considerável prejuízo aos princípios do contraditório e da ampla defesa, pois realizados somente em grau de recurso, dificultando o exercício pleno da defesa garantida pelo devido processo legal<sup>80</sup>. A própria Exposição de Motivos do Novo CPC pontou essa situação, e sua consequente alteração se deu justamente em busca da concretização daqueles princípios constitucionais, estabelecendo-se um procedimento, com contraditório e produção de provas, prévio à decisão que desconsidera a pessoa jurídica.

O incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na presente roupagem processual, será instaurado a pedido da própria parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo<sup>81</sup>. É cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial (art. 134, NCPC), em alinhamento à busca de integral atividade satisfativa. A instauração do incidente é dispensada se requerida na inicial, devendo nesse caso haver a citação do sócio ou da pessoa jurídica<sup>82</sup>. De sua vez, a instauração suspende o processo, se não requerida diretamente na inicial<sup>83</sup>, dada a necessidade nova de averiguação de ato ilícito por parte de administrador ou sócio da pessoa jurídica em questão.

O pedido de desconsideração da personalidade jurídica observará os pressupostos previstos em lei<sup>84</sup>, sendo o disposto no referido capítulo aplicado à desconsideração inversa da personalidade jurídica (art. 133, § 2º).

---

<sup>80</sup> Ibid., p. 416.

<sup>81</sup> Vide art. 133, NCPC.

<sup>82</sup> Vide art. 134, § 4º, NCPC.

<sup>83</sup> Conforme §§ 2º e 3º do art. 134, NCPC.

<sup>84</sup> Vide art. 133, § 1º, NCPC.

O NCPC não alterou significativamente as disposições relacionadas ao instituto da oposição, que mantém a redação do art. 56 do CPC/1973<sup>85</sup>. O procedimento também foi praticamente mantido, com uma pequena alteração no caso de a oposição ser proposta após o início da audiência de instrução, tendo atualmente o juiz o dever de suspender o curso do processo ao fim da produção das provas, salvo se concluir que a unidade da instrução atende melhor ao princípio da duração razoável do processo (art. 685, parágrafo único, NCPC). Anteriormente, caso oferecida depois de iniciada a audiência, a oposição seria julgada sem prejuízo da causa principal, podendo o juiz sobrestar o andamento do processo, por um prazo limitado a 90 (noventa) dias, a fim de julgá-la conjuntamente com a oposição. Percebe-se que, com exceção do prazo, o rito adotado era essencialmente o mesmo.

Quanto ao *amicus curiae*, o fenômeno foi finalmente legislado sob o Capítulo V do Título III do Código de 2015, e definido como uma das modalidades de intervenção de terceiro, dando resposta a uma série de discussões doutrinárias que se deram ao longo da prática não regulada do instituto no direito processual brasileiro. Mais à frente, no tópico 4.3, a atual codificação será discutida com maior profundidade.

## 4.2 As pretensões do Código de 2015 quanto ao *amicus curiae*

A Comissão do Novo CPC, conforme sua Exposição de Motivos, orientou seus trabalhos em torno de cinco objetivos principais, dos quais a figura do *amicus curiae* e sua inserção no sistema processual não poderiam se desvencilhar:

1) estabelecer expressa e implicitamente verdadeira sintonia fina com a Constituição Federal; 2) criar condições para que o juiz possa proferir decisão de forma mais rente à realidade fática subjacente à causa; 3) simplificar, resolvendo problemas e reduzindo a complexidade de subsistemas, como, por exemplo, o recursal; 4) dar todo o rendimento possível a cada processo em si mesmo considerado; e 5) finalmente, sendo talvez este último objetivo parcialmente alcançado pela realização daqueles mencionados antes, imprimir maior grau de organicidade ao sistema, dando-lhe, assim, mais coesão (2010, p. 434).

Nesse sentido, a comissão direcionou-se a aperfeiçoar a tendência de uniformização e estabilização da jurisprudência dos tribunais, “direção já abertamente seguida pelo ordenamento jurídico brasileiro”<sup>86</sup> e refletida na criação da Súmula Vinculante do Supremo

---

<sup>85</sup> “Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos”.

<sup>86</sup> Exposição de Motivos do Novo CPC, p. 434.

Tribunal Federal e no regime de julgamento conjunto de recursos especiais e extraordinários repetitivos.

É nesse contexto de busca de maior coesão e sintonia das decisões judiciais à realidade social e de simultânea procura por dar fôlego à construção de um sistema harmônico de precedentes no ordenamento processual brasileiro que se pode posicionar com melhor clareza a opção de codificar a figura do *amicus curiae* adotada pelos referidos trabalhos.

Um dos objetivos declarados para o instituto é, de fato, de “proporcionar ao juiz condições de proferir decisão mais próxima às reais necessidades das partes e mais rente à realidade do país” (Exposição de Motivos, 2010, p. 436). E, nesse viés, a possibilidade de tal modalidade de intervenção se dar em todos os graus de jurisdição dialoga com a predominância do dever de colaboração, que pretende pautar a atuação de todos os atores do processo, previsto no art. 6º do NCPC.

Ademais, tendo em vista o potencial almejado de formação, por parte dos tribunais superiores, de jurisprudência vinculativa a futuras decisões, compreende-se a previsão de que a intervenção pode ser pleiteada pelo terceiro ou solicitada de ofício, como decorrência das peculiaridades da causa, coerente com a possibilidade, estipulada pelo Código de 2015, de a atuação de *amici curiae* se dar também no incidente de arguição de inconstitucionalidade (art. 947), no incidente de resolução de demandas repetitivas (art. 980) e nos recursos especiais e extraordinários repetitivos (art. 1.035, § 2º). Como ressalta Scarpinella Bueno (2018, p. 202):

Em um Código que aceita a força criativa da interpretação judicial (arts. 8º e 140) e o caráter normativo dos precedentes, tratando uma série de decisões como verdadeiros “indexadores jurisprudenciais” [...], a prévia oitiva do *amicus curiae* para viabilizar um maior controle da qualidade e da valoração dos fatos e das normas jurídicas a serem aplicadas é de rigor. O *amicus curiae* é o agente que quer viabilizar isto, legitimando e democratizando as decisões jurisdicionais (grifos nossos).

Ficam, desse modo, destacados dois papéis essenciais atribuídos à institucionalização da modalidade de *amicus curiae*: pluralizar o debate no processo – e, em especial, o debate constitucional – e aprimorar a qualidade das decisões. Essa qualidade, todavia, é compreendida mais em termos de seu processo decisório, ou seja, da argumentação e da fundamentação que embasam o decidido, do que do resultado decisional em si.

### 4.3 A presente codificação da figura do *amicus curiae*

O capítulo concernente ao *amicus curiae* conta apenas com o art. 138, cuja redação estipula que o juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema, o objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

Assim sendo, Eduardo Talamini identifica duas balizas de admissibilidade de *amici curiae*: “por um lado a especialidade da matéria, o seu grau de complexidade; por outro, a importância da causa, que deve ir além do interesse das partes – sua transcendência, repercussão transindividual ou institucional” (2015, p. 441). Conforme entendimento expresso pelo Enunciado 395, do Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC), esses requisitos objetivos exigidos para a intervenção do *amicus curiae* são alternativos.

Com base no *caput* do art. 138, é razoável compreender que, a *contrario sensu*, as decisões opostas, isto é, aquelas em que se recusa a solicitar a intervenção e que inadmite a intervenção, são recorribéis. Diante da falta de previsão, incide a regra genérica do inciso IX do art. 1.015, admitindo sua recorribilidade imediata por agravo de instrumento, portanto. Caso se trate de decisões negativas proferidas monocraticamente no âmbito dos Tribunais, o recurso cabível seria então o de agravo interno (art. 1.021)<sup>87</sup>. De resto, a jurisprudência do Supremo se orienta pela impossibilidade de *amici curiae* recorrerem de demais decisões ao longo do processo<sup>88</sup>, ressalvados os embargos de declaração e o recurso contra a decisão que julga o incidente de resolução de demandas repetitivas, nos termos do art. 138, §§ 1º e 3º, bem como da decisão que julga recursos repetitivos<sup>89</sup>.

Essa intervenção poderá se dar de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se e, em tese, dar-se-á em todos os graus de jurisdição. Ademais, a intervenção do *amicus curiae* não acarreta modificação de competência (art. 138, § 1º).

Incumbe ao juiz ou relator, na decisão que admitir ou determinar a intervenção do *amicus curiae*, definir quais serão seus poderes processuais, conforme § 2º do art. 138 do NCPC. Cabe ao magistrado, portanto, a decisão acerca da possibilidade de o *amicus curiae* ir

---

<sup>87</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. Volume único. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 203.

<sup>88</sup> Ver, e.g., RE 632.238, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 9.8.2013; RE 598.099 ED, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* de 18.12.2012; e ADI n. 2359 ED-AgR, Rel. Min. Eros Grau, *DJe* de 28.8.2009.

<sup>89</sup> Ver também o Enunciado 391 do FPPC: “O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar recursos repetitivos”.

além da mera apresentação de petição expositiva de argumentos ou de fatos, podendo dotar o *amicus curiae* da prerrogativa de “juntar documentos, elaborar quesitos para serem respondidos por peritos, fazer sustentação oral perante o tribunal, participar de audiências públicas etc.”<sup>90</sup>.

#### 4.4 O *amicus curiae* no controle de constitucionalidade abstrato atual

Os *amici curiae*, como previamente abordado, foram formalizados pelas leis processuais de controle concentrado de constitucionalidade, que regulam as ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade (Lei nº 9.868/1999)<sup>91</sup>, e as arguições de descumprimento de preceito fundamental (Lei nº 9.882/1999)<sup>92</sup>.

Essas normativas, que abrangem mais a possibilidade de intervenção do *amicus curiae* e o procedimento de admissão de terceiro assim qualificado, deixaram espaço considerável a ser preenchido pela jurisprudência do Supremo Tribunal, que já consolidou alguns parâmetros quanto à aceitação de *amici curiae*.

Entre eles, há o que impõe a formulação do pedido de ingresso até a liberação do processo para inclusão em pauta de julgamento (*e.g.*, ADI 4.071, AgR, Plenário, Rel. Min. Menezes Direito, j. 22/04/2009; ADI 4.246, decisão monocrática, Min. Ayres Britto, j. 10/05/2011; ADI 4.067 AgR, Plenário, Rel. Min. Joaquim Barbosa, j. 10/03/2010). Já que a “finalidade do *amicus* é contribuir para a formação da convicção da Corte, [a]pós a instrução e sendo colocado o processo em pauta, não haveria mais como se atingir essa finalidade, dado que já iniciada a

---

<sup>90</sup> CÂMARA, Alexandre. **O novo processo civil brasileiro**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018, p. 103.

<sup>91</sup> Art. 7º. Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.

§ 1º (VETADO)

§ 2º. O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades.

Art. 18. Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação declaratória de constitucionalidade.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

Art. 20. Vencido o prazo do artigo anterior, o relator lançará o relatório, com cópia a todos os Ministros, e pedirá dia para julgamento. § 1º Em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, poderá o relator requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão ou fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria. § 2º O relator poderá solicitar, ainda, informações aos Tribunais Superiores, aos Tribunais federais e aos Tribunais estaduais acerca da aplicação da norma questionada no âmbito de sua jurisdição.

<sup>92</sup> Art. 6º. Apreciado o pedido de liminar, o relator solicitará as informações às autoridades responsáveis pela prática do ato questionado, no prazo de dez dias.

§ 1º Se entender necessário, poderá o relator ouvir as partes nos processos que ensejaram a arguição, requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou ainda, fixar data para declarações, em audiência pública, de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

§ 2º Poderão ser autorizadas, a critério do relator, sustentação oral e juntada de memoriais, por requerimento dos interessados no processo.



formação da convicção do Tribunal”<sup>93</sup>. Esse parâmetro temporal pode ser excepcionado, se demonstrado que, por exemplo, desde a inclusão do processo em pauta, deram-se fatos novos e relevantes que não puderam ser anteriormente levados em consideração.

Quanto ao critério legal de representatividade dos postulantes, o STF tem o abordado a partir de dois eixos: a vinculação do requerente à condição de *amicus curiae* com pessoas potencialmente afetadas pelo caso e sua especialidade no tema tratado na ação, a sua afinidade com o tema (ALMEIDA, 2015, p. 97). Em vista disso, inclusive, a jurisprudência do STF não tem admitido a participação de pessoas físicas como *amici*<sup>94</sup> e, por outro lado, reconhece a representatividade de determinadas associações de classe e profissionais<sup>95</sup>.

Outrossim, por força do requisito da representatividade adequada, não se admite o ingresso no feito, na qualidade de *amici curiae*, pessoas físicas ou jurídicas interessadas apenas – ou fundamentalmente – no desfecho do seu processo, como aquelas que têm recursos sobrestados na origem, aguardando o desfecho de processos com repercussão geral reconhecida por esta Corte (RE 592.891, decisão monocrática, j. 15/04/2012, rel. Min. Rosa Weber).

O STF tem, por vezes, adotado como condição de admissibilidade o critério de inovação ou de utilidade da manifestação do *amicus* no processo. Entende-se que há uma necessidade implícita de que os pleiteantes a *amicus curiae* tragam inovações em argumentos e informações ao processo – acrescentando fatos, elementos e indagações relevantes à matéria posta para julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Essa exigência tem sido aplicada mais como um requisito negativo de admissibilidade, fundamentando eventualmente a não admissão de terceiros cuja contribuição foi considerada diminuta pela Corte (ALMEIDA, 2019, p. 70).

Há também orientação forte no STF de que a decisão que recusa pedido de habilitação de *amicus curiae* não compromete qualquer direito subjetivo, nem acarreta qualquer espécie de prejuízo ou de sucumbência ao requerente (ADI 3.460 ED, Rel. Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, j. em 12/02/2015).

Quanto às capacidades processuais do *amicus curiae*, o Ministro Celso de Mello, em decisão monocrática proferida em sede da Reclamação 28.197/MG, julgada em 29/11/2017, destacou que, dado o papel precípua de forma de legitimação democrática das decisões acerca de controvérsias constitucionais, a orientação deve se pautar em torno da abertura procedimental, ressaltando

---

<sup>93</sup> RE 589998 ED, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 8.5.2017.

<sup>94</sup> Ver, e.g., RE 561836 ED, Rel. Min. Luiz Fux; RE 573232, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; RE 566.349, Rel. Min. Cármen Lúcia; e RE 590.415, Rel. Min. Joaquim Barbosa.

<sup>95</sup> O ministro Celso de Mello admitiu o ingresso da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE) na condição de *amicus curiae* na já mencionada Reclamação (RCL) 28197, por exemplo.

[...] a necessidade de assegurar-se ao “amicus curiae”, mais do que o simples ingresso formal no processo judicial, a possibilidade de exercer o direito de fazer sustentações orais perante esta Suprema Corte, além de dispor da faculdade de submeter ao Relator da causa, entre outras, sempre que tais medidas forem compatíveis com a natureza do processo, propostas de requisição de informações adicionais, ou de designação de perito, ou, ainda, de convocação de audiências públicas<sup>96</sup>.

Quanto ao fenômeno do *amicus curiae* na arguição de descumprimento de preceito fundamental, a regulamentação oferecida pelo § 2º do art. 6º da Lei nº 9.882/1999 difere do regime estabelecido para as ações diretas de inconstitucionalidade. A posição do Supremo, nesse caso, foi no sentido de aplicar os mesmos critérios do regime instituído pelo § 2º do artigo 7º da Lei nº 9.868/1999, com decisões iniciais nesse sentido em 2005, na ADPF 70 e da ADPF 46, sobretudo em razão da relevância da matéria discutida<sup>97</sup>.

#### 4.5 A doutrina atual sobre o conceito de representatividade adequada

A exigência da representatividade adequada é analisada a partir da relação entre o *amicus curiae* e a relação jurídica litigiosa. De um lado, é relativamente comum sua associação a um conceito de pertinência temática: o terceiro que pleiteia esse papel deve exercer autoridade – jurídica, científica ou técnica – com relação ao tema da controvérsia discutida<sup>98</sup>. Trata-se, em suma, do grau de *expertise* do terceiro em sua área de atuação. O professor Eduardo Talamini, nesse sentido, leciona que:

[...] não se trata propriamente de uma aptidão do terceiro em representar ou defender os interesses de jurisdicionados. Não há na hipótese representação nem substituição processual. A expressão refere-se à capacitação avaliada a partir da qualidade (técnica, cultural...) do terceiro (e de todos aqueles que atuam com ele e por ele) e do conteúdo de sua possível colaboração [...]. A “representatividade” não tem aqui o sentido de legitimação, mas de qualificação. Pode-se usar aqui um neologismo, à falta de expressão mais adequada para o exato paralelo: trata-se de uma contributividade adequada (adequada aptidão em colaborar) (TALAMINI, 2015, p. 440).

De outro lado, não necessariamente oposto, esse critério pode ser também aferido tendo em vista o “histórico da pessoa que se apresenta para a intervenção como *amicus curiae* e [a]s possibilidades de efetiva representação de certo grupo, categoria ou interesse” (MARINONI et al, 2015, p. 210). Sobre o tema, o III FPPC-Rio editou o Enunciado 127, que informa que “[a] representatividade adequada exigida do *amicus curiae* não pressupõe a concordância unânime daqueles a quem representa”.

<sup>96</sup> Posição similar também foi adotada na Rcl 26070 ED, Relator. Min. Celso de Mello, julgado em 28/06/2019.

<sup>97</sup> Almeida (2015) também traz como exemplos as ADPF n. 132, n. 71, n. 73, n. 101 (2015, p. 70).

<sup>98</sup> De modo sintético, trata-se de “ter conhecimentos específicos sobre o tema objeto da demanda” (FERRAREZI, 2018, p. 5) ou “de idoneidade e saber incontestáveis e específicos” (TUPINAMBÁ, 2012, p. 127).

A doutrina estadunidense da *adequacy of representation*, por sua vez, atrela a adequação a uma “assistência que de outro modo não estaria disponível à Corte”, com uma clara conotação de economia processual – o papel do *amicus curiae* enquanto informador do tribunal é compreendido no viés de beneficiar aqueles que, ausente essa intervenção, não teriam seus interesses devidamente representados<sup>99</sup>.

De todo modo, permanece atual a concepção capitulada por Scarpinella Bueno (2018) de “interesse institucional”, que, devendo ser compreendido de forma ampla, qualifica quem pretende ostentar o *status* de *amicus curiae* dentro de uma necessária perspectiva metaindividual, estando apto a realizar interesses que não lhe são próprios nem exclusivos como pessoa ou como entidade. São, por definição, interesses que pertencem a um grupo determinado ou indeterminado de pessoas e que, por isso mesmo, precisam ser considerados; o *amicus curiae*, desse modo, representa-os em juízo como adequado portador deles que é (BUENO, 2018, p. 202).

Essa contribuição específica ao processo decisório se dá em nome da própria razão institucional de ser do *amicus curiae*. Sua atuação deve se pautar, portanto, na demonstração das especificidades de uma questão jurídica, para, enfim auxiliar o juiz a proferir uma decisão que levasse em consideração as peculiaridades da causa em que a intervenção se dá. É, enfim, enquanto adequado portador de interesses institucionais “fora” do plano processual que se observa o cumprimento do requisito de representatividade adequada (BUENO, 2017).

---

<sup>99</sup> ABERRA, Getachew. **The *amicus curiae***: its relevance to Ethiopia. J. Ethiopian L., v. 19, 1999, p. 89, tradução livre. Disponível em <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/jethiol19&div=8&id=&page=>. Acesso em: 19 nov. 2019.

## 5 ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### 5.1 O posicionamento do Plenário

Dos acórdãos analisados<sup>100</sup>, dois elementos centrais estavam presentes na admissão do *amicus curiae* enquanto representante adequado: a utilidade da manifestação do interventor e a sua contribuição específica ao caso concreto.

Apesar do primeiro critério não ser necessariamente incluso pela concepção doutrinária, o fato de que a interpretação da representatividade do ente perpassa um juízo de conveniência acerca da utilidade da participação do *amicus curiae* não surpreende: entre 1999 e 2014, há um universo de 2.103 *amici curiae*, em cerca de um terço do total das ações de controle de concentrado de constitucionalidade, em uma proporção de quase três *amici* por ação (ALMEIDA, 2019, p. 680).

Nesse sentido, tal utilidade é compreendida dentro do papel, defendido pela Corte, de pluralização do debate constitucional que a figura do *amicus curiae* assume no controle de constitucionalidade. Esse motivo é explícito na fundamentação da ADPF 449 AgR, em que se rejeitou o argumento de eventual excepcionalidade da não admissão por pedido de ingresso feito em momento posterior à liberação do processo para julgamento: “a admissão de terceiros na qualidade de *amici curiae* tem como premissa básica a expectativa de que os interessados pluralizem o debate constitucional, apresentando informações, documentos ou elementos relevantes para a elucidação da controvérsia” (fl. ).

No caso, o tumulto processual gerado pela admissão do terceiro foi sobrepesado com relação ao benefício da sua contribuição – “a mera reiteração de razões oferecidas por outros interessados, sem o acréscimo de subsídios fáticos ou jurídicos relevantes para o julgamento da matéria, não justifica a admissão da habilitação” (fl. ). Se a utilidade não se insere na avaliação de representatividade, aquela é, ao menos, um requisito da intervenção de um representante adequado:

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PEDIDO DE INGRESSO NO FEITO NA QUALIDADE DE *AMICUS CURIAE* APÓS A LIBERAÇÃO DO PROCESSO PARA JULGAMENTO. INDEFERIMENTO. POSTULAÇÃO EXTEMPORÂNEA. MERA

<sup>100</sup> ADI n. 5591 ED-AgR, Relator: Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 24.8.2018; ADI n. 5086 AgR, Relator: Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 18.5.2018; ADPF n. 449 AgR, Relator: Min. Luiz Fuz FUX, Tribunal Pleno, julgado em 18.5.2018; ADI n. 5464 AgR, Relator Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 27.10.2017; ADPF n. 145 AgR-segundo, Relator: Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, julgado em 1.9.2017; ADI n. 4858 AgR, Relator: Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, julgado em 24.3.2017.

REITERAÇÃO DE RAZÕES OFERECIDAS POR OUTROS INTERESSADOS. HIPÓTESE QUE NÃO JUSTIFICA A HABILITAÇÃO DE *AMICUS CURIAE*. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Compete ao relator admitir ou não pedido de manifestação de terceiros, na qualidade de *amici curiae*, nas ações de controle concentrado de constitucionalidade, **tendo como norte a relevância da matéria e a representatividade adequada dos postulantes (artigo 7º, § 2º, da Lei Federal 9.868/1999 e artigo 138, caput, do Código de Processo Civil), bem como a conveniência para a instrução da causa e a duração razoável do processo (artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal)**. 2. *In casu*, a agravante postulou o ingresso no feito em momento posterior à liberação do processo para julgamento, o que caracteriza pedido extemporâneo, conforme a jurisprudência sedimentada desta Corte. **A admissão do *amicus curiae* nas ações de controle concentrado de constitucionalidade tem por escopo tão somente o fornecimento de subsídios para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, não podendo implicar em prejuízo ao regular andamento do processo.** 4. A mera reiteração de razões oferecidas por outros interessados, sem o acréscimo de subsídios fáticos ou jurídicos relevantes para a elucidação da controvérsia, não justifica a admissão da habilitação de *amicus curiae*. 5. Agravo desprovido. (ADPF 449 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 18.5.2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-116 DIVULG 12.6.2018 PUBLIC 13.6.2018, grifos nossos).

Há, nesse viés, uma avaliação da “útil e efetiva” contribuição do terceiro à solução da lide, como explicitado no julgamento dos embargos de declaração da ADI n. 5.591/SP e do respectivo agravo regimental<sup>101</sup>. Essa questão é igualmente posta como um critério de redução de intervenções no processo:

Ementa: Agravo regimental na ação direta de inconstitucionalidade. Pedido de ingresso no feito como *amicus curiae*. Indeferimento. Limitada abrangência da representatividade do agravante. Tese defendida por entidades já admitidas como *amici curiae*. 1. É excepcional a participação de terceiro no processo subjetivo. **Tendo em vista a limitada abrangência da representatividade da agravante, sendo certo, ainda, que a tese por ela defendida já se encontra titularizada por entidades admitidas como *amici curiae* com representatividade mais ampla, mostra-se legítimo o indeferimento de seu pedido de ingresso no feito como *amicus curiae* [sic].** 2. Agravo regimental não provido. (ADI n. 5464 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 27.10.2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-261 DIVULG 16.11.2017 PUBLIC 17.11.2017, grifos nossos).

No mais, a especificidade é claramente um elemento-chave da adequação que possibilita a terceiro ser representante de interesses além dos individuais, sendo a ausência de contribuição específica a motivação declarada da inadmissão de terceiros dos acórdãos das ADI n. 4.858/DF, ADPF n. 145/DF e ADI n. 5.086/DF. A ementa do julgamento do AG. REG. na ADI n. 5.086 elucida bem o entendimento acerca da especificidade do adequado representante:

---

<sup>101</sup> Destarte, a FENAPEF não logrou demonstrar interesse jurídico direto na demanda, tampouco de que modo contribuiria de forma útil e efetiva à solução da causa, donde não se mostra viável sua participação no feito na qualidade de amigo da Corte por não ter sido demonstrada a representatividade adequada da postulante (fl. 2).

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PEDIDO DE INGRESSO NO FEITO NA QUALIDADE DE *AMICUS CURIAE*. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Compete ao relator admitir ou não pedido de manifestação de terceiros, na qualidade de *amici curiae*, nas ações de controle concentrado de constitucionalidade, tendo como norte a relevância da matéria e a representatividade adequada dos postulantes (artigo 7º, § 2º, da Lei Federal 9.868/1999 e artigo 138, *caput*, do Código de Processo Civil), bem como a conveniência para a instrução da causa e a duração razoável do processo (artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal). 2. **In casu, a agravante tem por finalidade a representação de carreira jurídica, não possuindo aderência específica no segmento de planos de saúde, capaz de legitimá-la como expert técnica no setor, condição desejável para a atuação como amigo da Corte.** 3. O *amicus curiae* não é parte, de forma que não deve ser admitido em processos de controle concentrado de constitucionalidade para sustentar argumentos meramente jurídicos. 4. Agravo desprovido. (ADI n. 5086 AgR, Relator(a): Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 18.5.2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-116 DIVULG 12.6.2018 PUBLIC 13.6.2018, grifos nossos).

Essa especificidade naturalmente insere-se no contexto do objeto da demanda. No julgamento supracitado, que se tratava de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil contra decreto da Presidência da República que autorizava o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a celebrar convênios com a GEAP (Autogestão em Saúde), a Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União (ANAJUR) e a Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais (ANPREV) tiveram seus pleitos indeferidos por terem atuações e interesses institucionais voltados precipuamente à representação de carreiras jurídicas.

O fato de essas associações representarem grupos que seriam afetados pelo deslinde da controvérsia não autorizou, por si só, seu ingresso como *amici curiae*, já que não possuíam, “uma aderência específica no segmento de planos de saúde, capaz de legitimá-las como *experts* técnicos no setor, condição desejável para a atuação como amigo da Corte” (fl. 4).

Com este último exemplo, pode-se inferir melhor quais os terceiros cuja contribuição específica é efetiva à solução da lide: aqueles cujas finalidades institucionais são atreladas ao objeto da ação por um nexo de causalidade. Explicitando esse caráter inerentemente institucional da especificidade exigida do *amicus curiae*, tem-se o julgamento do AG. REG. nos EMB. DECL. na ADI n. 5.591/SP:

EMENTA: Agravo regimental nos embargos de declaração na ação direta de inconstitucionalidade. Decisão de indeferimento de ingresso de terceiro na qualidade de *amicus curiae*. Possibilidade. Poderes do ministro relator. Agravo não provido. 1. A atividade do *amicus curiae* possui natureza meramente colaborativa, pelo que não existe direito subjetivo de terceiro de atuar como amigo da Corte. 2. O relator, no exercício de seus poderes, pode admitir o amigo da corte ou não, observando o preenchimento dos critérios legais e jurisprudenciais e, ainda, sua capacidade de

efetivamente contribuir para a pluralização do debate. 3. Na hipótese dos autos, **a agravante não logrou demonstrar a relação direta entre a norma objeto da presente ação e os interesses de seus associados, não restando evidenciado o requisito da representatividade adequada.** 4. Agravo regimental não provido. (ADI n. 5591 ED-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 24.8.2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-221 DIVULG 16.10.2018 PUBLIC 17.10.2018, grifos nossos).

A fundamentação do referido julgado aprofunda esse elemento e traz como exemplo dessa inadequação a divergência entre o estatuto social da entidade peticionante – e, dentro dele, dos seus objetivos institucionais – e o objeto da ação. No caso, a Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPF) buscava intervir em ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pelo Procurador-Geral da República, contra a expressão “o Delegado Geral da Polícia Civil”, constante do art. 74, II, da Constituição do Estado de São Paulo, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de fevereiro de 2006 e original, que conferia ao Tribunal de Justiça competência para processar e julgar aquele agente público nos crimes comuns e de responsabilidade. Como a carreira de policial federal possui estrutura diversa daquela concernente à lide, a alegação de aplicação eventual da normativa ao respectivo cargo federal não proveu a FENAPF de interesse jurídico institucional na demanda.

Desse modo, pode-se sintetizar, dentro do panorama proposto, uma orientação geral do Plenário do Supremo em torno do requisito da representatividade adequada: exige-se do requerente, além da capacidade de representação de um conjunto de pessoas, a existência de uma preocupação institucional e a capacidade de efetivamente contribuir para o debate.

## 5.2 As decisões monocráticas

Resguardadas as tendências argumentativas de certos relatores, a maioria das 56 decisões monocráticas<sup>102</sup> analisadas também interpreta o conceito de representatividade adequada dentro de quatro eixos: a institucionalidade da manifestação; a amplitude do seu alcance no grupo possivelmente afetado; a especificidade do seu *input* ao caso; e a utilidade dessa manifestação considerado o processo em si.

Quanto ao aspecto institucional, fica evidente que os objetivos e vocações da entidade devem guardar um nexo de pertinência com relação à lide constitucional, havendo um número

---

<sup>102</sup> A lista completa de julgamentos analisados está constante no Anexo A deste trabalho, em ordem cronológica decrescente.

considerável de decisões nesse sentido<sup>103</sup>. Assim sendo, contextualiza-se a jurisprudência do Supremo<sup>104</sup> em, de forma geral, negar a admissão de pessoas físicas como *amici curiae*, dado o usual interesse subjetivo que acompanha essas empreitadas, desconexo ao propósito dessa modalidade interventiva:

Referida contribuição, entretanto, pressupõe que a entidade ou órgão detenha a mais ampla representatividade possível, uma vez que a participação desses interessados somente se justifica na medida em que concretizem uma maior democratização do debate constitucional, conferindo maior legitimidade às decisões proferidas pela Corte. Pessoas naturais, conquanto possam ter interesse direto na causa, não detêm representatividade social, donde ser inadmissível sua participação na qualidade de *amicus curiae*” (ADPF n. 413, monocrática, Rel. Min. Dias Toffoli, DJ 19.3.2018).

Não vejo, contudo, como deferir esse pleito, não obstante a respeitabilidade de seu autor, pois, tratando-se de processo objetivo de controle normativo abstrato, que possui regras próprias sobre a questão ora em exame (Lei nº 9.868/99, art. 7º, § 2º), torna-se inviável, por isso mesmo, o ingresso de pessoas físicas, diferentemente do que sucede com os processos de perfil subjetivo, em cujo âmbito incide, plenamente, a norma inscrita no art. 138 do Código de Processo Civil. [...] É por tal razão (falta de representatividade adequada) que a jurisprudência desta Corte Suprema tem negado a pessoas físicas ou naturais a possibilidade de intervirem, na condição de “*amicus curiae*”, em sede de controle normativo abstrato (ADI n. 5.758, Rel. Min. Celso de Mello; DJ 25.2.2019).

Outrossim, essa “relação de congruência que necessariamente deve existir entre os objetivos estatutários ou as finalidades institucionais da entidade autora e o conteúdo material da norma questionada em sede de controle abstrato”<sup>105</sup>, mas não apenas: há também uma necessária especificidade<sup>106</sup> dessa representação que enseje verdadeira pluralização do debate constitucional, não bastando a coalisão de interesses da entidade com aqueles disputados na ação. O fim alegado pelo Supremo de municiar a Corte dos elementos informativos necessários para o deslinde da controvérsia depende também do nexo de pertinência entre o conhecimento técnico do indivíduo e o objeto da ação direta. Essa exigência deu igualmente motivo à não

---

<sup>103</sup> ADI n. 6.170, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ 23.9.2019; ADPF n. 518, Rel. Min. Edson Fachin, DJ 1.8.2019; ADI n. 5538, Rel. Min. Edson Fachin, DJ 27.9.2016; ADI n. 5.107, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 22.8.2017; ADI n. 5.353, Rel. Min. Teori Zavascki, decisão proferida pelo Min. Alexandre de Moraes, DJ 20.4.2017; ADI n. 5.641, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 8.3.2019; ADI n. 5.182, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 8.2.2019; ADI n. 4.735, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 14.12.2018; ADI n. 5.700, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 23.10.2018; ADI n. 5.645, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 14.6.2018; ADPF n. 155, Rel. Min. Edson Fachin, DJ 4.8.2016; ADPF n. 155, Rel. Min. Edson Fachin, DJ 4.8.2016; ADI n. 4.787, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 24.8.2016; ADI n. 4.902, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 18.4.2016.

<sup>104</sup> ADI n. 4.545, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 15.10.2019; ADI n. 5.758, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 25.2.2019; ADPF n. 413, Rel. Min. Dias Toffoli, DJ 19.3.2018; ADI n. 5.730, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 29.9.2017; ADI n. 4.545, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 26.9.2017.

<sup>105</sup> ADI n. 6.170, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ 23.9.2019.

<sup>106</sup> ADI n. 5.748, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 1.8.2019; ADI n. 5.224, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 30.8.2016.



admissão de determinados pleiteantes, já que a presença de outros havia de antemão suprido a eventual contribuição técnica daqueles<sup>107</sup>:

Indefiro o pedido de ingresso no feito como *amicus curiae* da Associação requerente por racionalidade e economia processual, considerando a concorrência de pedidos originários de instituições com deveres, interesses e poderes de representação total ou parcialmente coincidentes (ADI n. 5.179, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ 18.6.2019).

Este último ponto, em especial, comunica-se com o requisito de utilidade<sup>108</sup> e efetiva contribuição<sup>109</sup> da manifestação do *amicus curiae*. Dado o poder de livre convencimento motivado do relator em admitir ou inadmitir a intervenção, há lógica em dar preferência às intervenções que de fato tragam argumentos e informações sem as quais o tribunal não teria acesso – se uma entidade não oferece diferenciais de conteúdo significativos em relação a outra já admitida no processo, aquela intervenção pode se tornar um empecilho à razoável duração do processo. Nesse sentido:

Embora o requerimento tenha sido apresentado em momento posterior ao procedimentalmente oportuno, na linha da Jurisprudência da CORTE (ADI 4.071-AgR, Rel. Min. Menezes Direito, Tribunal Pleno, DJe de 16.10.2009; e ADI n. 4.067-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, DJe de 23.4.2010), tenho que essa circunstância merece ser relevada no presente caso, em vista da utilidade das informações fáticas e técnicas a serem trazidas pela Requerente, em prol da qualificação e pluralização do debate da questão constitucional suscitada (ADI n. 5.938, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 28.5.2019).

Há também uma referência à capacidade de representação de determinado grupo<sup>110</sup>, de um conjunto de pessoas influenciadas pelo resultado da controvérsia. Em especial, o Ministro Edson Fachin tem desenvolvido jurisprudência em torno dos termos de representatividade material – atrelada ao objeto da lide – e espacial<sup>111</sup>, ligada ao âmbito de atuação do terceiro, ambas constitutivas de um representante adequado.

Apesar da importância atribuída com certa frequência ao *amicus curiae* enquanto “instrumento de democratização e maior legitimação da atuação”<sup>112</sup> do Supremo, o maior número de monocráticas analisadas não fundamentou o deferimento ou, de forma mais grave,

---

<sup>107</sup> Ver também ADI n. 4.902, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 18.4.2016.

<sup>108</sup> ADI n. 4.545, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 15.10.2019; ADPF n. 395, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 9.10.2019; ADC n. 42 MC, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 12.9.2017.

<sup>109</sup> ADI n. 4.545, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 1.8.2019; ADI n. 5.435, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 1.8.2019; ADI n. 5.527, Min. Rel. Rosa Weber, DJ 1.8.2019; ADI n. 6.161, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 1.8.2019; ADI n. 5.235, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 1.8.2019; ADI n. 6.169, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 1.8.2019; ADI n. 5.938, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 24.5.2019.

<sup>110</sup> ADI n. 5.450, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 25.3.2019; ADI n. 5.224, Rel. Min. Rosa Weber.

<sup>111</sup> ADI n. 5.631, DJ 10.9.2018; ADI n. 5.019 27.9.2016; ADI n. 5.543, DJ 6.7.2016; ADI n. 5.538, DJ 27.9.2016.

<sup>112</sup> ADI n. 5.179, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ 18.6.2019.

o indeferimento de pedidos de ingresso; por vezes apenas mencionando, brevemente, o atendimento dos requisitos legais e jurisprudenciais e, em outras, tão somente admitindo ou não o ingresso<sup>113</sup>.

---

<sup>113</sup> ADPF n. 482, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 4.10.2017; ADI n. 5.566, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 17.10.2017; ADI n. 2.238, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 7.2.2018; ADI n. 5.142, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 1.2.2018; ADI n. 6.149 MC, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 21.6.2019; ADI n. 5.996, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 3.6.2019; ADI n. 4.784, Rel. Min. Luís Roberto Barroso; ADPF n. 568; ADI n. 2.238, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 26.2.2019; ADI n. 2.238, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 27.2.2019; ADI 2.238, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 26.2.2019; ADI n. 5.374, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJ 17.9.2018; ADPF 519, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 29.6.2018; ADI n. 5.624 MC, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; ADI n. 5.592, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ 7.2.2019; ADI n. 5.595 ED, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 28.2.2018; ADI n. 5.645, Min. Rel. Luiz Fux, DJ 27.2.2018; ADPF n. 403, Rel. Min. Edson Fachin, DJ 30.8.2016; ADI n. 5.502, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 25.5.2016; ADI n. 5.384, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 13.9.2017.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da intervenção de terceiros no ambiente processual brasileiro e, em especial, a evolução do instituto do *amicus curiae* no controle de constitucionalidade abstrato, diz respeito a um fenômeno maior de interpretação do Direito como um todo. A denominada crise da legalidade, somada a um estado de descontentamento e inconformismo que se estabeleceu em relação ao positivismo lógico-formal, deram espaço a outras formas de se compreender a hermenêutica jurídica.

Evidente que a Constituição também teve seu papel ressignificado ao longo dessa trajetória, com consequentes enfrentamentos ideológicos e formais acerca da sua posição no ordenamento. A questão da legitimidade dos intérpretes da Constituição se sobressai após as sequelas da Segunda Guerra Mundial, posta em evidência a magnitude das divergências entre o texto constitucional e a realidade constitucional do regime nazista, que ainda mantinha formalmente a vigência da Constituição de Weimar de 1919.

É nesse contexto que se pode compreender melhor as críticas das teorias pluralistas à hermenêutica tradicional, críticas essas não meramente doutrinárias, mas também político-sociais, que ganharam fôlego renovado na segunda metade do século XX. Propõe-se o abandono desse modelo interpretativo clássico, pensado a partir da ótica de uma sociedade fechada de juristas, reconhecendo que:

Todo aquele que vive no contexto regulado por uma norma e que vivi com este contexto é, indireta, ou até mesmo diretamente, um intérprete dessa norma. O destinatário da norma é participante ativo, muito mais ativo do que se pode supor tradicionalmente, do processo hermenêutico. Como não são apenas os intérpretes jurídicos da Constituição que vivem a norma, não detêm eles o monopólio da interpretação da Constituição (HÄBERLE, 2014, p. 28).

Desse modo, não apenas o processo de formação é em si pluralista, como também todo o seu desenvolvimento posterior, de forma que a teoria da Constituição – assim como a teoria da democracia – busca exercer um papel mediador entre Estado e sociedade.

Essas provocações deram vazão a tentativas – de maior ou menor sucesso – de abrir o processo de interpretação constitucional aos atores da sociedade, ao mesmo tempo em que davam resposta às críticas modernas de legitimidade que o poder decisório judicial padece. Tais esperanças são perceptíveis na prática do Supremo quanto à admissibilidade de *amici curiae*, como também o eram quando da elaboração formal do instituto, na Lei nº 9.868/1999. A

Exposição de Motivos nº 189, de 7 de abril de 1997<sup>114</sup>, já consignava que essa inovação “trata-se de providência que confere um caráter pluralista ao processo objetivo de controle abstrato de constitucionalidade, permitindo que o Tribunal decida com pleno conhecimento de causa”.

O caminhar do instituto pela jurisprudência do STF buscou esclarecer os requisitos de admissão da figura no controle abstrato de constitucionalidade, eventualmente dando ao critério de representatividade, presente na lei, a alcunha de adequada (ADI n. 2321 MC, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ 25.10.2000).

Essa qualificação, de inspiração no modelo da teoria da *adequacy of representation* estadunidense<sup>115</sup>, próprio em sua origem às ações coletivas (*class actions*), é atribuída na doutrina exterior “se, e somente se, a representação deixar os membros da classe em uma situação não pior àquela em que optassem pela litigância individual” (TIDMARSH, 2008, p. 1139, tradução livre).

Se a origem doutrinária da adequação do representante atribuía à classificação um teor claro de coalisão de interesses entre representante e representados, é natural que sua aplicação em outro contexto normativo e dentro de figura processual diversa assumiria outros contornos. Não sendo o art. 138 do Código de Processo Civil de 2015 explícito em seu significado, permanece o conceito de adequação aberto, permitindo, no que compatível, o aproveitamento da doutrina e jurisprudência desenvolvida até sua entrada em vigor.

Assim sendo, permanecem manifestos o caráter não individual do interesse que baliza a atuação dos *amici curiae* e, com maior precisão terminológica, o interesse institucional que dá base fática às alegações de pluralização do debate constitucional e de abertura processual do processo interpretativo da Constituição. Conforme orientação encabeçada por Scarpinella Bueno (2017):

[...] o interesse do *amicus curiae* não é (e nem pode ser) um ‘interesse jurídico’ no sentido que conhecemos para as intervenções de terceiro em geral, destacadamente nos casos de assistência. Mas também não é (ou pode não ser) bastante para ser um ‘interesse coletivo’ porque, fosse assim, o *amicus curiae* promoveria, ele próprio, a ação coletiva. Só que, se assim fosse, ele seria autor e não terceiro que pretende intervir. É esta a razão pela qual venho propondo a compreensão do interesse que autoriza a intervenção do *amicus curiae* de maneira diversa, como ‘interesse institucional’, que se localiza a meio termo entre o ‘interesse jurídico’ e o ‘interesse coletivo’. (BUENO, 2017, p. 10, grifos nossos)

---

<sup>114</sup> Encaminhada pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República ao próprio Presidente da República à época (MAMARI FILHO, 2005, p. 50).

<sup>115</sup> ADI n. 5022 AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 18.12.2014.

Tal interpretação foi adotada diversas vezes pelo STF, e coaduna-se com a principiologia do próprio NCPC, voltada à construção e à estabilização da jurisprudência no sistema legal brasileiro<sup>116</sup>. Um *amicus curiae* que porta interesses subjetivos teria sua atuação marcada por uma imparcialidade indevida à natureza objetiva dos processos de controle de constitucionalidade abstrata.

A maneira com a qual a jurisprudência compreende o *amicus curiae* enquanto adequado portador de interesses institucionais, mesmo sob a égide do NCPC, não poderia ignorar os parâmetros desenvolvidos ao longo de vinte anos de previsão legislativa. Os indicadores encontrados ao longo dessa pesquisa – qual sejam, a institucionalidade da manifestação; a amplitude do seu alcance no grupo possivelmente afetado; a especificidade e a utilidade da contribuição – não são inovações da atividade jurisdicional do STF pós-CPC/1973, porém dialogam com a evolução da figura do *amicus curiae* na doutrina e na própria atividade jurisdicional do Supremo.

Por conseguinte, o Supremo Tribunal tem adotado uma postura integrativa do NCPC com relação às previsões especiais de *amicus curiae*, mesmo que relativamente assistemática em sede dos julgamentos monocráticos. Se alguns relatores trazem o CPC como baliza necessária à admissão de terceiros nessa modalidade de intervenção<sup>117</sup>, há casos pontuais em que a nova previsão é contrastada diante do regime específico do controle concentrado, principalmente diante da permissão da admissão de pessoas naturais como *amici curiae*:

Não vejo, contudo, como deferir esse pleito, não obstante a respeitabilidade de seu autor, pois, tratando-se de processo objetivo de controle normativo abstrato, que possui regras próprias sobre a questão ora em exame (Lei nº 9.868/99, art. 7º, § 2º), torna-se inviável, por isso mesmo, o ingresso de pessoas físicas, diferentemente do que sucede com os processos de perfil subjetivo, em cujo âmbito incide, plenamente, a norma inscrita no art. 138 do Código de Processo Civil” (ADI n. 5.758, Rel. Min. Celso de Mello; DJ 25.2.2019).

---

<sup>116</sup> Conforme Exposição de Motivos do NCPC: “[...] para que tenha eficácia a recomendação no sentido de que seja a jurisprudência do STF e dos Tribunais superiores, efetivamente, norte para os demais órgãos integrantes do Poder Judiciário, é necessário que aqueles Tribunais mantenham jurisprudência razoavelmente estável. A segurança jurídica fica comprometida com a brusca e integral alteração do entendimento dos tribunais sobre questões de direito. Encampou-se, por isso, expressamente princípio no sentido de que, uma vez firmada jurisprudência em certo sentido, esta deve, como norma, ser mantida, salvo se houver relevantes razões recomendando sua alteração. Trata-se, na verdade, de um outro viés do princípio da segurança jurídica, que recomendaria que a jurisprudência, uma vez pacificada ou sumulada, tendesse a ser mais estável” (p. 434).

<sup>117</sup> Ver, e.g., ADPF n. 518, Rel. Min. Edson Fachin, DJ 1.8.2019: “Consoante disposto no art. 7º, § 2º da Lei nº 9.868/1999, aplicado analógica e subsidiariamente para a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, nesse ponto em recomendável leitura integrativa com o art. 138, *caput*, do CPC, duas balizas se fazem necessárias para a sua admissão. De um lado, tem-se a necessidade de relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia. De outro, a representatividade adequada do *amicus curiae*”.

Por fim, apesar da transparência com a qual o Supremo Tribunal assume a função democratizante e legitimadora do *amicus curiae*, a jurisprudência da Corte consolidou-se definitivamente em torno da “discricionarietà”<sup>118</sup> da admissão, a despeito do número considerável de decisões monocráticas que meramente se restringem a enunciar o ingresso ou não do terceiro requerente. Diante da grandeza atribuída pelo STF à atuação do *amicus curiae*, não se questiona o livre convencimento do relator quanto ao ingresso do terceiro, previsto claramente na legislação, mas sim a ausência de fundamentação devida na negativa àqueles que buscam pluralizar o processo de interpretação constitucional.

---

<sup>118</sup> AG. REG. NOS EMB. DECL. NA ADI n. 5.591/SP, Plenário, Rel. Min. Dias Toffoli, DJ 24.8.2018: “2. O relator, no exercício de seus poderes, pode admitir o amigo da corte ou não, observando o preenchimento dos critérios legais e jurisprudenciais e, ainda, sua capacidade de efetivamente contribuir para a pluralização do debate”. Ver também ADI n. 4.545, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 15.10.2019: “É por isso que o art. 7º, § 2º, da Lei nº 9.868/1999 lhe confere um poder discricionário (“o relator [...] poderá, por decisão irrecorrível, admitir...”), e não vinculado”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERRA, Getachew. The amicus curiae: its relevance to Ethiopia. **J. Ethiopian L.**, v. 19, p. 82, 1999. Disponível em <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/jethiol19&div=8&id=&page=>. Acesso em: 19 nov. 2019.

ALMEIDA, Eloísa Machado de. **Amicus curiae no Supremo Tribunal Federal**. Tese (Doutorado em Direito). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

ALMEIDA, Eloísa Machado de. Capacidades institucionais dos *amici curiae* no Supremo Tribunal Federal: acessibilidade, admissibilidade e influência. **Revista Direito Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 678-707, mar. 2019. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2179-89662019000100678&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662019000100678&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 16 nov. 2019.

ARANTES, Rogério Bastos; KERCHE, Fábio. Judiciário e democracia no Brasil. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 54, p. 27-41, 1999.

ARAÚJO, Fábio Caldas de. A nomeação à autoria e sua releitura crítica perante o novo Código de Processo Civil. **Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina. Santa Catarina: Unisul de Fato e de Direito**, ano VII, n. 13, jul./dez. 2016.

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência**. 7. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2016.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 22. ed. rev. atual. por Samantha Meyer Pflug. São Paulo: Malheiros, 2010.

BERMUDES, Sérgio. **Introdução ao processo civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BITTENCOURT, C. A. Lúcio. **O controle jurisdicional da constitucionalidade das leis**. 2. ed. atual. Brasília: Ministério da Justiça, 1997.

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito**. São Paulo: Ícone Editora, 1999.

BRASIL. Código de Processo Civil (1973). **Código de Processo Civil Brasileiro**. Brasília, DF: Senado, 1973.

BRASIL. Código de Processo Civil (2015). **Código de Processo Civil Brasileiro**. Brasília, DF: Senado, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.868**, de 10 de novembro de 1999: dispõe sobre o processo e julgamento da ação da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

BRASIL. **Lei nº 9.882**, de 03 de dezembro de 1999: dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade n. 5.591/SP – São Paulo. Relator: Min. Dias Toffoli. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdão, 24 setembro 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.086/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Luiz Fux. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdão, 18 maio 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação de descumprimento de preceito fundamental nº 449 AgR/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Luiz Fux. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdão, 18 maio 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.464 AgR/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Dias Toffoli. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdão, 27 outubro 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação de descumprimento de preceito fundamental nº 145 AgR-segundo/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Luiz Fux. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdão, 01 setembro 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 4.858/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Edson Fachin. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdão, 24 março 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 4.545/PR – Paraná. Relator: Min. Rosa Weber. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 15



outubro 2019. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação de descumprimento de preceito fundamental nº 395/SP – São Paulo. Relator: Min. Gilmar Mendes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 09 setembro de 2019. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 6.170/CE – Ceará. Relator: Min. Cármen Lúcia. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 02 março 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação de descumprimento de preceito fundamental nº 518. Relator: Min. Edson Fachin. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 01 agosto de 2019. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.435/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Rosa Weber. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 01 agosto 2019. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.527/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Rosa Weber. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 01 agosto 2019. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 6.161/AC – Acre. Relator: Min. Rosa Weber. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 01 agosto 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.235/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Rosa Weber. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 01 agosto 2019. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.748/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Rosa Weber. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 01 agosto 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 6.169/MS – Mato Grosso do Sul. Relator: Min. Rosa Weber. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 01 agosto 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 6.149/RJ – Rio de Janeiro. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 21 junho 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.179/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Cármen Lúcia. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 18 junho 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.996/AM – Amazonas. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 03 junho 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.938/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 28 maio 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.938/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 24 maio 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 4.784/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Luís Roberto Barroso. Pesquisa de Jurisprudência, decisão

monocrática, 15 maio 2019. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação de descumprimento de preceito fundamental nº 568/PR – Paraná. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 16 abril de 2019. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.450/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 25 março 2019. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.641/PR – Paraná. Relator: Min. Luiz Fux. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 08 março 2019. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 2.238/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 27 fevereiro 2019. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 2.238/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 26 fevereiro 2019. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.182/PE – Pernambuco. Relator: Min. Luiz Fux. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 08 fevereiro 2019. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.592/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Cármen Lúcia. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 07 fevereiro 2019. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 4.735/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 14 dezembro 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.700/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 23 outubro 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.374/PA – Pará. Relator: Min. Luís Roberto Barroso. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 17 de setembro 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação de descumprimento de preceito fundamental nº 519/MT – Mato Grosso. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 29 junho de 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.645/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Luiz Fux. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 14 de junho 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação de descumprimento de preceito fundamental nº 413/SP – São Paulo. Relator: Min. Dias Toffoli. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 19 março de 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.595 ED/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Ricardo Lewandowski. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 28 de fevereiro 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.645/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Luiz Fux. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 28 de fevereiro 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 2.238/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 7 fevereiro 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.142/BA – Bahia. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 01 fevereiro 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.566/PB – Paraíba. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 17 outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação de descumprimento de preceito fundamental nº 482/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 04 outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.730. Relator: Min. Celso de Mello. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 29 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.384/MG – Minas Gerais. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 13 setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação declaratória de constitucionalidade nº 42/DF – Distrito Federal. Relator: Min. Luiz Fux. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 13 setembro de 2017. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.107/MT – Mato Grosso. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 22 agosto de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.353/MT – Mato Grosso. Relator: Min. Teori Zavascki, proferida pelo Min. Alexandre de Moraes. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 20 abril de 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 5.019/PE – Pernambuco. Relator: Min. Edson Fachin. Pesquisa de Jurisprudência, decisão monocrática, 22 agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 14 set. 2019.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus curiae**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (Coords.). Tomo: Processo Civil. Cassio Scarpinella Bueno, Olavo de Oliveira Neto (Coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/163/edicao-1/amicus-curiae>. Acesso em: 5 out. 2019.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Amicus curiae**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (Coords.). Tomo: Processo Civil. Cassio Scarpinella Bueno, Olavo de Oliveira Neto (Coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/163/edicao-1/amicus-curiae>. Acesso em: 5 out. 2019.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. Volume único. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

CÂMARA, Alexandre. **O novo processo civil brasileiro**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. **Dimensões do ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

CARNELUTTI, Francesco. **Sistema di Diritto Processuale Civile**. Padova, Cedam: vol. I, 1936.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**. 2. ed. Traduzido por J. Guimarães Menegale. São Paulo: Saraiva, 1965.

CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, direito e justiça distributiva**: elementos da filosofia constitucional contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **A fiscalização abstrata da constitucionalidade no direito brasileiro**. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. A intervenção de terceiros no processo de controle abstrato de constitucionalidade – a intervenção do particular, do co-legitimado e do *amicus curiae* na ADIN, ADC e ADPF. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie; WAMBIER, Teresa Alvim Arruda (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil e assuntos afins**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento, vol. 1. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2012.

FARIA, Ernesto (Org.). **Dicionário escolar latino português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Departamento Nacional de Educação. Campanha Nacional de Ensino, 1962.

FERREIRA, Débora. **De quem a corte quer ser amiga?** Análise estratégica da funcionalidade do *amicus curiae*. Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público, 2017.

FERRAREZI, Maria Carolina Santos. **Amicus curiae**: natureza jurídica e as implicações de sua (im)parcialidade nas disputas judiciais. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

HÄBERLE, Peter. Hermenêutica Constitucional – a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para interpretação pluralista e “Procedimental” da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes (Sergio Antonio Fabris Editor). n. 60. Brasília: **Revista da Defensoria Pública da União**, Assunto Especial, Textos Clássicos: nov./dez., 2014.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: S.A. Fabris, 1991.

MAMARI FILHO, Luís. **A comunidade aberta de intérpretes da Constituição: o *amicus curiae* como estratégia de democratização da busca do significado das normas.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Código de Processo Civil comentado.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MARQUES, Andreo. **Evolução do instituto do controle de constitucionalidade no Brasil.** Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, , p. 17-23, 2006.

MENDES, Gilmar; VALE, André Rufino do. O pensamento de Peter Häberle na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. **Observatório Constitucional**, v. 1, n. 1, 2009.

MENDES, Gilmar. **Curso de direito constitucional.** Série IDP, 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Direito processual civil.** 13 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito.** 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de; OLIVEIRA, Regina Coeli de. Direitos sociais na constituição cidadã: um balanço de 21 anos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 5-29, mar. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 out. 2019.

OLIVEIRA, Jadson Correia. As audiências públicas no STF: a adoção de um modelo cooperativo de controle de constitucionalidade das normas. **Revista Sequência**, n. 78, p. 175-198, abr. 2018.

RAZABONI, Olívia Ferreira. **Amicus Curiae: democratização da jurisdição constitucional.** Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2009.

RONÁI, Paulo. **Não perca o seu latim.** 5. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

ROTHENBURG, Walter Claudius. Velhos e novos rumos das ações de Controle Abstrato de Constitucionalidade à luz da Lei 9.868/99. In: SARMENTO, Daniel (Org.). **O controle de constitucionalidade e a Lei 9.868/99.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

SIMÃO, Calil. **Elementos do sistema de controle de constitucionalidade.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos de direito público.** 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.



SUNSTEIN, Carl R. There is nothing that interpretation just is. **Const. Comment**, v. 30, p. 193, 2014. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2489088>. Acesso em: 28 set. 2019.

TALAMINI, Eduardo. **Amicus curiae no CPC/15. Breves comentários ao novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento, vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum, vol. I. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

TIDMARSH, Jay. Rethinking adequacy of representation. **Texas Law Review**, v. 87, 2008.

TOFFOLI, José Dias. **30 Anos da Constituição Brasileira: democracia, direitos fundamentais e instituições**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

TUPINAMBÁ, Carolina. Novas tendências de participação processual: o *amicus curiae* no anteprojeto do novo CPC. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Estudos em homenagem a Professor José Joaquim Calmon de Passos**. Salvador: Juspudivm, 2012.

WEINRIB, Lorraine E. The postwar paradigm and American exceptionalism. In: CHOUDHRY, Sujit (Ed.) **The migration of constitutional ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 84-112.

## **ANEXO A – LISTA DE PROCESSOS**

### **Acórdãos**

ADI n. 5.591/SP, Relator: Min. Dias Toffoli, julgado em 24.9.2018  
ADI n. 5.086/DF, Relator: Min. Luiz Fux, julgado em 18.5.2018  
ADPF n. 449 AgR, Relator: Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 18.5.2018  
ADI n. 5.464 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 27.10.2017  
ADPF n. 145 AgR-segundo, Relator: Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, julgado em 1.9.2017  
ADI n. 4.858/DF, Relator: Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, julgado em 24.3.2017

### **Decisões monocráticas**

ADI n. 4.545, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 15.10.2019  
ADPF n. 395, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 9.10.2019  
ADI n. 6.170, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ 23.9.2019  
ADPF n. 518, Rel. Min. Edson Fachin, DJ 1.8.2019  
ADI n. 5.435, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 1.8.2019  
ADI n. 5.527, Min. Rel. Rosa Weber, DJ 1.8.2019  
ADI n. 6.161, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 1.8.2019  
ADI n. 5.235, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 1.8.2019  
ADI n. 5.748, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 1.8.2019  
ADI n. 6.169, Rel. Min. Rosa Weber, DJ 1.8.2019  
ADI n. 6.149 MC, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 21.6.2019  
ADI n. 5.179, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ 18.6.2019  
ADI n. 5.996, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 3.6.2019  
ADI n. 5.938, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 28.5.2019  
ADI n. 5.938, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 24.5.2019  
ADI n. 4.784, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJ 15.5.2019  
ADPF n. 568, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 16.4.2019  
ADI n. 5.450, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 25.3.2019  
ADI n. 5.641, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 8.3.2019  
ADI n. 2.238, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 27.2.2019  
ADI n. 2.238, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 26.2.2019  
ADI n. 5.182, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 8.2.2019  
ADI n. 5.592, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ 7.2.2019  
ADI n. 4.735, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 14.12.2018  
ADI n. 5.700, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 23.10.2018  
ADI n. 5.374, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJ 17.9.2018  
ADPF 519, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 29.6.2018  
ADI n. 5.645, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 14.6.2018  
ADPF n. 413, Rel. Min. Dias Toffoli, DJ 19.3.2018  
ADI n. 5.595 ED, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 28.2.2018  
ADI n. 5.645, Min. Rel. Luiz Fux, DJ 27.2.2018  
ADI n. 2.238, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 7.2.2018  
ADI n. 5.142, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 1.2.2018

ADI n. 5.566, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 17.10.2017  
ADPF n. 482, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 4.10.2017  
ADI n. 5.730, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 29.9.2017  
ADI n. 5.384, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 13.9.2017  
ADC n. 42 MC, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 12.9.2017  
ADI n. 5.107, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJ 22.8.2017  
ADI n. 5.353, Rel. Min. Teori Zavascki, decisão proferida pelo Min. Alexandre de Moraes, DJ 20.4.2017  
ADI n. 5.019, Rel. Min. Edson Fachin, 27.9.2016